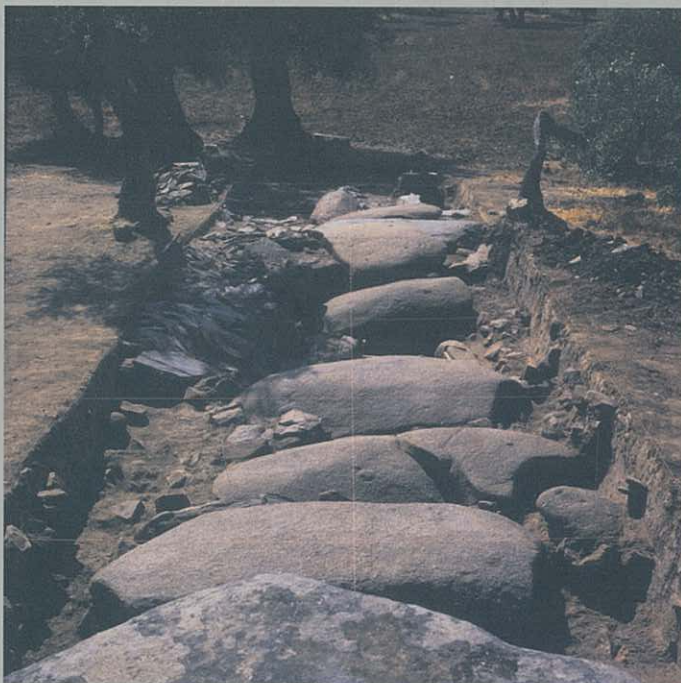


# OPHIUSSA



Nº ZERO, 1996

edições colibri

&

faculdade de letras de lisboa, instituto de arqueologia

OPHIUSSA

OPHIUSSA

Revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa

Nº 1, 1996

Direcção: Victor S. Gonçalves (vsg@mail.doc.fl.ul.pt)

Secretário: Carlos Fabião (cfabiao@mail.doc.fl.ul.pt)

Conselho de Redacção:

Amilcar Guerra

Ana Margarida Arruda

Carlos Fabião

João Carlos Senna-Martínez

João Pedro Ribeiro

João Zilhão

Capa: Artlandia

Endereço para correspondência e intercâmbio:

Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras. P-1600-214. LISBOA. PORTUGAL

*As opiniões expressas não são necessariamente assumidas pelo colectivo que assume a gestão da Revista, sendo da responsabilidade exclusiva dos seus subscritores.*

Nota da direcção:

*Devido a circunstâncias de ordem vária, que seria desinteressante enumerar, tão diversas elas são, este número foi preparado para sair em 1995, mas só agora é publicado. Alguns textos foram muito ligeiramente revistos, mas o essencial, incluindo o texto de apresentação, refere-se àquela data, pelo que tem de ser contextualmente entendido.*

*A periodicidade futura de esta publicação será bienal, sendo o próximo número datado de 2002, com textos entregues até Dezembro de 2001.*

*No sentido de datar propostas científicas e de situar opiniões expressas, solicitou-se a todos os autores que indicassem nas suas contribuições a data de entrega dos originais, e, sempre que necessário, após o texto, a data de revisão última.*

*A partir do nº 2, inclusive, as normas de publicação são idênticas às adoptadas pelo Instituto Português de Arqueologia, na sua Revista Portuguesa de Arqueologia (<http://www.ipa.min-cultura.pt>).*

Dezembro de 2000

## ÍNDICE

### ALGUMAS HISTÓRIAS EXEMPLARES (E OUTRAS MENOS)

Victor S. Gonçalves .....	5
---------------------------	---

### A ARQUEOLOGIA PÓS-PROCESSUAL OU O PASSADO PÓS-MODERNO

Mariana Diniz .....	9
---------------------	---

### INTERPRETAÇÃO TECNOLÓGICA E PALETNOGRÁFICA DA OCUPAÇÃO PROTO-SOLUTRENSE DA LAPA DO ANECRIAL (PORTO DE MÓS)

João Zilhão; Francisco Almeida .....	21
--------------------------------------	----

### PARA UMA RECONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE NEOLITIZAÇÃO EM PORTUGAL

Joaquina Soares .....	39
-----------------------	----

### O MEGALITISMO DA GALIZA. NOTAS PARA UMA BIBLIOGRAFIA CRÍTICA

Ana Catarina Sousa .....	51
--------------------------	----

### DO ESPAÇO DOMÉSTICO AO ESPAÇO FUNERÁRIO: IDEOLOGIA E CULTURA MATERIAL NA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO CENTRO DE PORTUGAL

João Carlos de Senna-Martinez .....	65
-------------------------------------	----

### PASTORES, AGRICULTORES E METALURGISTAS EM REGUENGOS DE MONSARAZ:

#### OS 4º E 3º MILÉNIOS

Victor S. Gonçalves .....	77
---------------------------	----

### ENDOVÉLICO E ROCHA DA MINA – O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Manuel Calado .....	97
---------------------	----

### A CERÂMICA CAMPANIENSE DO ACAMPAMENTO ROMANO DA LOMBA DO CANHO (ARGANIL)

Carlos Fabião; Amílcar Guerra .....	109
-------------------------------------	-----

### A OCUPAÇÃO ROMANA DO CABEÇO DO CRASTO, S. ROMÃO, SEIA

Amílcar Guerra; Carlos Fabião .....	133
-------------------------------------	-----

### NOVOS CONTRIBUTOS PARA A ARQUEOLOGIA DO ALGARVE ORIENTAL

Victor S. Gonçalves; Ana Margarida Arruda; Manuel Calado .....	161
--	-----

### OS SÍTIOS, «HORIZONTES» E ARTEFACTOS DE VICTOR S. GONÇALVES

Carlos Tavares da Silva .....	181
-------------------------------	-----

---

# A CERÂMICA CAMPANIENSE DO ACAMPAMENTO ROMANO DA LOMBA DO CANHO (ARGANIL)<sup>(1)</sup>

Carlos FABIÃO\*  
Amílcar GUERRA\*

---

## *Abstract*

*This paper deals with the campanian ware collected from the excavations made in the roman camp Lomba do Canho (Arganil) since 1956 to 1983. It is the typical homogeneous sample of the B circle productions of the middle I century BC (F 2230/2280; F 2300 and F 7500). The other roman artifacts from the site, such as coins, lamps, amphorae, ensure a setting and an occupation dating from the second and third quarter of the I century BC.*

*Given the lack of studies on campanian ware of the Portuguese territory, a reexamining of the published data was made taking into account the typology of Jean Paul Morel. Though the available information is not yet representative, it may insight the distribution trends of the campanian ware. First: It might be possible that such a kind of ware could have arrived to the Portuguese territory only during the roman conquest, since the most ancient examples date back to the middle of the II century BC. Second: the distribution pattern suggests a strong linkage between the roman presence and the imports of this kind of wares, given the absence of evidence in the norderm territory until the middle of the I century BC. Third: two different, though contemporaries, channels of distribution can be found in the south : one along the shore, and the other confining to the continental areas from the low Guadiana valley.*

*Some footnotes bring up-to-date the information, as this paper was delivered for publication in 1984.*

---

\* Centro de Arqueologia (UNIARQ). Faculdade de Letras. PF 1699 Lisboa Codex Portugal.

<sup>1</sup> O presente texto foi entregue para publicação na revista “Clio-Arqueologia” em Dezembro de 1984. Constituiria, então, o primeiro de um conjunto consagrado ao estudo dos materiais recolhidos na Lomba do Canho, Arganil. Pretendia, para além da apresentação das campanienses propriamente ditas, ensaiar um balanço da história da investigação sobre este tipo de cerâmicas, tanto no mundo romano como em Portugal – recorde-se que tinha sido recentemente publicada a obra de síntese de J.-P. Morel (1981).

Problemas de vária ordem protelaram excessivamente a sua publicação; por outro lado, outros textos sobre o sítio arqueológico foram entretanto editados, remetendo com frequência para este estudo (v. final da bibliografia); simultaneamente verificaram-se novos progressos na investigação sobre as campanienses, embora o panorama nacional não se tenha alterado substancialmente – na própria Lomba do Canho não se registaram novas escavações desde 1983.

A dez anos de distância colocava-se-nos, naturalmente, a dúvida sobre o que fazer: reformular de raiz o presente estudo, ou apresentá-lo sem alterações de maior. Optámos pela segunda hipótese, não por presumirmos que ele constitua algo de incontornável, mas sobretudo porque nos pareceu sem sentido uma reformulação mais profunda, que, para além do mais, desvirtuaria o sentido de um texto que citámos já frequentes vezes. Por outro lado, como não se publicou em Portugal qualquer recensão ao citado livro de Morel julgámos que se justificaria também a manutenção do capítulo introdutório. Nos poucos casos em que tal se justifica, procurámos assinalar bibliografia mais recente.

## Introdução

O acampamento militar romano da Lomba do Canho, em Arganil, foi identificado em 1956 pelo Senhor Prof. Doutor João de Castro Nunes, que efectuou no local, nos finais da década de 50, uma série de sondagens de que publicou alguns resultados preliminares (NUNES, 1958a, 1958b, 1959). Em 1960-61 realizou escavações em dois sectores do sítio arqueológico (Sectores A e P), que se revelaram de extrema importância para a compreensão da natureza do local, bem como para o conhecimento da sua organização.

Após prolongada interrupção, os trabalhos prosseguiram em 1976, tendo os signatários assumido a partir de 1980, sempre sob a direcção do referido Professor, responsabilidades na orientação dos trabalhos de campo, sobre os quais publicaram uma notícia preliminar (GUERRA / FABIÃO, 1987). Nesta segunda fase, os trabalhos incidiram sobre os sectores Q, D, B e E.

De entre os diversos conjuntos de materiais recolhidos, apresentamos agora o das cerâmicas de tipo campaniense, que nunca foi objecto de publicação, embora pela sua importância no contexto da arqueologia do actual território português, fosse já do conhecimento da comunidade científica (DELGADO, 1971: 403 e ALARCÃO / ETIENNE, 1976: 172).

## 1. Panorâmica dos Estudos sobre Cerâmica Campaniense

### 1.1. A estrutura da *Classificazione Preliminare*

A investigação sobre a cerâmica campaniense conta desde há alguns anos com um instrumento fundamental – uma nova tipologia (MOREL, 1981) que resolve algumas dificuldades com que outras categorias da cerâmica romana (particularmente as lucernas, as ânforas e em muitos aspectos também a *sigillata*) se debatem<sup>2</sup>.

A necessidade de revisão da tipologia de Lamboglia tinha já sido por diversas vezes acentuada, especialmente por Morel, dado que, tal como o seu autor fez sempre questão de frisar, se tratava de uma “classificação preliminar”. Apesar desta circunstância, a sua vigência como tipologia única foi longa e nessa qualidade deu largo contributo para o avanço da investigação.

Nas suas linhas gerais, a comunicação apresentada ao *1.º Congresso Internazionale di Studi Liguri*, em 1950, propõe um quadro tipológico que assenta sobre três critérios:

– um critério morfológico, ponto de partida para qualquer tipologia cerâmica, serviu de base ao estabelecimento das cerca de sessenta formas, ordenadas de acordo com os outros dois parâmetros.

– um critério tecnológico, pelo qual distinguiu três tipos, tendo em conta principalmente as características de pasta e verniz: o tipo A, de pasta vermelha; o tipo B, de pasta clara; o tipo C, de pasta cinzenta. Deste modo se agruparam as formas em três conjuntos: Formas 1 a 16 (comuns aos tipos A, B e C e “típicas” de B); Formas 17 a 20 (tipo C); Formas 21 a 63 (de tipo A).

– Finalmente um critério cronológico que preside à organização das formas de A “típicas”: “de transição” (Formas 21 a 29), “recentes” (Formas 30 a 36), “precoces” (Formas 40 a 63).

Pela conjugação dos dois primeiros critérios Lamboglia estabeleceu subdivisões dentro das formas de base comuns a mais do que um tipo e, por sua vez, dentro de cada uma destas, considerou nalguns casos, a existência de variantes, determinadas por particularidades morfológicas tidas como relevantes. Assim, por exemplo, temos na forma 1 B duas variantes (a e b).

### 1.2. Da *Classificazione Preliminare* à tipologia de Morel

A atenção que a partir daí se prestou a esta categoria cerâmica levou a que se multiplicassem as publicações que deram a conhecer novas formas e, em consequência, se complexificasse a tipologia de base. Durante o período que se seguiu alguns acrescentos significativos foram introduzidos, normalmente por um dos três processos seguintes:

– pela criação de variantes de formas já existentes, seguindo um critério já largamente usado pelo seu autor;

– pelo recurso às formas “mistras” (ou “intermédias”) que correspondiam a exemplares que possuíam características de duas formas preexistentes, sem ser possível assimilá-los apenas a uma delas. Este recurso, já usado na *Classificazione Preliminare*, embora em escala reduzida, acabou por se generalizar, apesar de se levantarem algumas dúvidas quanto à sua legitimidade. Foi o próprio Lamboglia o primeiro a reconhecê-lo e, após ele, várias vezes se chamou a atenção para as dificuldades e os problemas que tal prática coloca;

– pela criação de formas novas, o que fez com que o número inicial triplicasse. A objecção principal levantada às novas formas é a de acabarmos por obter uma tipologia onde se perdem os critérios que

<sup>2</sup> Recorde-se que o presente texto data de 1984.

presidiavam ao seu estabelecimento, passando a sobrepor-se o da ordem de publicação.

Foram as dificuldades levantadas por estes dois últimos processos que acabaram por ser determinantes para o surgimento de uma nova tipologia que desse uma nova ordem ao material entretanto acumulado e ultrapassasse o carácter “fechado” da *Classificazione Preliminare*.

Apesar destas limitações, importantes contributos se deram para o avanço da investigação neste campo restrito da cerâmica romana. Por um lado reduziu-se a importância atribuída a determinadas características tecnológicas. Por exemplo, a coloração das pastas, a aderência ou o brilho do verniz tenderam a perder o peso que inicialmente lhes fora dado como elementos caracterizadores das produções e, à medida que novos tipos se foram definindo, sentiu-se a dificuldade em distingui-los apenas ou sobretudo por estes critérios.

Este facto é particularmente sentido nas produções aparentadas ou que imitam a Campaniense B, como acentua Morel no Colóquio *A propos des céramiques de Conimbriga* (1975: 89). Para tal contribuíram seguramente as análises laboratoriais com vista a obter dados que permitissem identificar os elementos que entram na composição dos diferentes tipos. A primeira tentativa feita neste domínio procurou isolar as características distintivas dos tipos A e B e os seus resultados foram essencialmente os seguintes (PICON *et al*, 1971):

– A diferente coloração das pastas de A e de B resulta da elevada quantidade de cálcio desta última que provoca um clareamento após a cozedura a altas temperaturas.

– As oscilações a que está sujeita a cor das pastas resulta, para além da percentagem de cálcio que possui, das condições de cozedura, as quais podem conduzir a alterações significativas.

– Daqui resulta que o critério de coloração deve ser relativizado ou, em termos práticos, uma pasta idêntica pode obter-se em oficinas e situações diferentes e peças de um período relativamente restrito podem apresentar aspectos muito diferentes. Este problema é particularmente sentido nas produções do tipo B, mais sujeitas a estas alterações.

Mas, se este critério tecnológico foi perdendo força, outros houve em que se deu o inverso. Foi o que aconteceu com as particularidades formais para cuja importância o primeiro a chamar a atenção foi, também, Lamboglia: quando, por exemplo, em determinadas formas da sua *Classificazione* estabelece a distinção entre os tipos B e C através de pormenores da forma do pé (LAMBOGLIA, 1952: 156). É exactamente sobre a secção do pé que mais se veio a insistir posteriormente, atribuindo-se-lhe uma

importância fundamental na classificação e cronologia das peças. Nesta linha se insere a primeira tentativa de sistematização deste pormenor, levada a cabo por Morel (1965: 224-231) sobre a Campaniense do Fórum Romano e do Palatino. Mais recentemente, num trabalho sobre a Campaniense de *Emporion* e *Rhode*, Sanmartí (1978a: 595-602) define 43 tipos diferentes de pé, acentuando o significado desta particularidade formal.

No tocante aos elementos decorativos, é Lamboglia que desde os primeiros trabalhos acentua a sua importância (1952: 201; 1954: 133-136) e Morel (1963: 19-20; 1969: 67-81) e Sanmartí (1978b: 27-28) sublinham e dão seguimento a esta ideia.

Merecem ainda referência, dentro desta linha, afirmações mais recentes de Morel (1978: 150) tendentes a valorizar as observações sobre estes e outros particulares: número e localização dos sulcos e estrias, aspecto do fundo externo, etc..

Paralelamente assiste-se à preocupação com o esclarecimento da terminologia e do seu alcance. A designação de “imitação”, por exemplo, teve de ser restringida à medida que se constatou a capacidade criativa dos ateliers não tradicionais. Este problema foi claramente colocado por Morel nestes termos:

1. A designação de “imitação” não se aplica a todos os casos em que se nota semelhança, mas implica “à la fois la posterité et la volonté de copier”.

2. Em certos casos devemos mesmo considerar que a “imitação” se deu no sentido contrário do que se costuma pensar, isto é, os modelos imitados foram fornecidos pelas pretensas cópias ou estas representam uma inovação e uma peculiaridade de gosto, de cariz regional, que as torna autónomas (1978: 152).

No entanto, os progressos mais significativos no período posterior à *Classificazione Preliminare* registaram-se no âmbito da identificação das diferentes produções e na sua localização espaço-temporal. E, à medida que o quadro de tipos se complexifica, vão-se esclarecendo as relações entre eles.

Os reflexos a nível da terminologia são uma consequência deste fenómeno. Designações como “campaniense A”, “B” ou “C”, mais do que conjuntos identificáveis pelas suas características tecnológicas e formais, caminham no sentido de verem a sua área de produção limitada a um território circunscrito: a “A” à região de Nápoles-Ischia; a “B” à Etrúria e a “C” a Siracusa e arredores.

Ao lado destes tipos (ditos “universais” pela ampla difusão que tiveram em todo o mundo romano), crescem os tipos de circulação restrita, abrangidos sob a designação genérica de “produções regionais e locais”, noção esta que, aliás, não é exclusiva

da cerâmica campaniense. No entanto, a sua aplicação generalizada a esta categoria cerâmica só recentemente se deu, devido ao peso que lhe atribui Morel, particularmente nas suas mais recentes obras (1978, 1981). A expressão designa produções “não-universais” cujo centro produtor não foi identificado com precisão, mas que não deve ser muito afastado do local do achado.

Entre os tipos de difusão “universal” e os de difusão “regional” e “local” são colocadas as produções que conheceram uma expansão intermédia, como é o caso da cerâmica “aretina de verniz negro” e das produções do “atelier das pequenas estampilhas”.

A investigação tem procurado determinar as características e a origem das produções “regionais” e “locais”, campo em que muito se tem feito. A tarefa tem sido levada a cabo com base fundamentalmente nos aspectos formal e tecnológico e desse facto é reflexo o nome por que se conhecem algumas dessas produções: pela forma produzida (“atelier 24 B – 25 B”, “grupo 96”); por determinado pormenor formal (“produção das asas em orelha”); pelas características da decoração (“atelier 1+5”, “atelier das pequenas estampilhas”, “das três palmetas radiais”); por uma marca alfabética (“Nikia-Ion”).

O grau de conhecimento e precisão a que os estudos chegaram varia, no entanto, de caso para caso, obedecendo a vários factores de que destacamos a distância dos centros tradicionais de produção e a intensidade da investigação. É por este motivo que as áreas periféricas ocidentais são aquelas que menos podem contribuir (por um e outro motivo) para a definição do quadro das produções. Não é por acaso que o Norte de África e o ocidente ibérico são as regiões onde reina maior incerteza quanto a este aspecto da investigação arqueológica. É, pelo contrário, a Península Itálica é a região que apresenta um grau de conhecimento mais detalhado, pelo menos no que diz respeito a determinadas produções.

Verifica-se que a maioria dos tipos identificados se situa nesta zona, embora o grau de precisão seja variável. Poderíamos distinguir três níveis de conhecimento:

1. – Tipos seguramente produzidos numa localidade identificada ou nas suas proximidades (“romano”, “aretino”, “de Tano”, “de Volterra”, “de Cápua”, etc.);

2. – Tipos seguramente produzidos numa zona relativamente restrita, recebendo por vezes o nome de um importante centro produtor nele situado (“de Cosa”, “de Gnathia”) ou dessa região (“cinzenta de Ibiza”);

3. – Produções de uma região mais vasta onde persiste ainda uma relativa incerteza quanto aos

centros de produção (“atelier 27 GL” do Golfo de Lyon; “grupo 96” do Lácio ou Etrúria meridional; “24 B – 25 B” de uma área que vai do Languedoc ocidental à Catalunha; etc.).

### 1.3. A Tipologia de Morel e a Cerâmica Campaniense de Portugal

Se percorrermos as obras da especialidade não nos será difícil constatar que muito há a fazer no que toca à identificação das produções representadas no território português, nas suas implicações cronológicas e históricas. A dificuldade é devida, entre outros motivos, às circunstâncias em que ocorrem os achados – a maioria provém de sítios cuja estratigrafia não foi reconhecida nem descrita, ou não era suficientemente precisa de modo a permitir a sua datação rigorosa. Com frequência acontece que é a própria campaniense a servir de base ao estabelecimento da cronologia e não o inverso. Por outro lado, a grande diversidade dos fabricos representados, aliada ao escasso número de peças, faz com que se torne difícil o aparecimento de hipóteses de localização dos seus centros de produção. Esta situação é determinada pelos condicionalismos a que estiveram sujeitos os trabalhos arqueológicos e as respectivas publicações de resultados.

Por isso este estudo não pretende mais do que inserir os materiais da Lomba do Canho no contexto dos achados idênticos do território português, acompanhando essa tarefa de alguns comentários julgados oportunos.

Deparámos com a necessidade de proceder liminarmente a uma escolha: se continuar a usar a tipologia tradicional de Lamboglia, que serviu de base a todas as publicações antecedentes, se optar por uma conversão para a recente proposta de Morel (1981).

De facto, esta última apresenta uma estrutura bem diferente da sua predecessora:

a) Morel propõe-se superar o carácter preliminar da *Classificazione*, constituindo para tal uma tipologia “aberta” que elimina um dos principais óbices apontados à obra de Lamboglia.

b) É uma tabela descritiva cuja organização assenta exclusivamente em critérios formais. Tal não significa que não se atribua valor aos aspectos tecnológicos, cronológicos e funcionais; mas estes não são relevantes na estrutura da tipologia.

c) É uma classificação taxonómica, que reproduz as sistematizações das ciências da natureza – categorias que se dividem em géneros; géneros que se subdividem em espécies e estas em séries que, por sua vez, se repartem em tipos.

d) Agrupa os indivíduos de acordo com os seus atributos, recorrendo com frequência a oposições binárias para distinguir grupos. Nota-se uma particular preocupação com o rigor, sobretudo quando a

classificação envolve uma apreciação subjectiva. Nestes casos, com frequência, o dado qualitativo é esclarecido pelo quantitativo. Veja-se, a título de exemplo, a caracterização da espécie 4240 onde se recorre a um índice para distinguir vasos pouco profundos, profundos e bastante profundos (MOREL, 1981: 269).

e) Há nesta obra uma preocupação metalinguística que se reconhece no esforço desenvolvido no sentido de esclarecer o alcance das expressões usadas, sobretudo aquelas que mais se prestariam a ambiguidades.

f) Por fim, este trabalho faz a síntese das principais linhas de força que se foram definindo após o estabelecimento da tipologia de Lamboglia. Especial relevo é dado à sistematização dos pormenores formais, com especial destaque para as secções dos pés, tarefa para a qual, como vimos, tinha já contribuído (v. *supra*). As asas, os bordos e os fundos são igualmente objecto de uma tipologia que, todavia, não atinge as proporções, nem possui o alcance da tipologia elaborada para as secções dos pés.

Por tudo isto, parece-nos que não há já motivo para ficarmos limitados à *Classificazione Preliminare*, devendo, tanto quanto possível, inserir os achados na nova tipologia. Esta opção, no entanto, impõe ao mesmo tempo que não se esqueçam as designações tradicionais, dado que para elas remetem todas as publicações até ao momento feitas no nosso território. Por outro lado, e no que diz particularmente respeito às peças muito fragmentárias (número significativo dos achados portugueses), continua a ser extremamente cómodo recorrer à tipologia de Lamboglia. Ora a obra de Morel adapta-se fundamentalmente ao enquadramento da peças inteiras ou integralmente reconstituíveis, podendo criar a tendência para se esquecerem os fragmentos que, apesar de tudo, transmitem importantes informações.

## 2. O Conjunto das Cerâmicas Campanienses

### 2.1. Considerações Gerais

O conjunto de campanienses do acampamento da Lomba do Canho revela particularidades, quer formais, quer tecnológicas, que permitem afirmar estarmos perante materiais coevos, eventualmente saídos de um mesmo “atelier” – excepção feita a um exemplar (LC 552). Todos os fragmentos, excepto o citado, apresentam pastas muito bem depuradas, onde os elementos não plásticos são raros e difíceis de identificar por exame macroscópico (são inferior

res a 0.5 mm). A coloração é igualmente homogénea, variando nas tonalidades de amarelo avermelhado (5 YR 6/8 a 7.5 YR 8/6), exceptuando-se apenas o já citado LC 552, que apresenta uma coloração castanha acinzentada (10 YR 5/2), não sendo possível determinar se se trata de uma variação de centro de produção, de acidente de cozedura, ou de alteração sofrida durante ou após a sua utilização – é o único exemplar recolhido à superfície, depois de prolongada exposição aos agentes naturais de erosão. De uma maneira geral, todas as peças se encontram em mau estado de conservação, com o verniz muito estalado, caindo com a simples lavagem, e a pasta carcomida e com tendência para se esboroar, devido à acidez do terreno.

Quanto à distribuição dos achados, constatamos a sua dispersão pelas diferentes áreas escavadas, mas especialmente concentrados em duas zonas. Um conjunto de sete fragmentos, na sua maioria pertencentes à F. 2230-2280 (=Lamb. 5 ou 7), provem da sondagem nº 3 (v. Fig.1); um outro, em boa parte constituído por exemplares da F. 2300 (=Lamb. 1) do Sector Q. Nas restantes áreas, este tipo de materiais é bastante raro, havendo somente a assinalar o aparecimento de um exemplar em cada um dos sectores B, C, E e P e um outro na Sondagem nº 2 (v. Fig. 1).

As concentrações assinaladas no Sector Q e na zona do Sector C e Sondagem nº 3 não podem ser cotejadas com os dados de outras áreas, visto que algumas foram apenas parcialmente escavadas, enquanto que outras se encontravam quase totalmente destruídas. Acresce que as intervenções se realizaram sobretudo na zona central do acampamento e haveria que proceder, pelo menos, a algumas sondagens noutras pontos do mesmo, a fim de se poder interpretar devidamente este tipo de distribuição.

### 2.2. Tipos Representados

a) F. 2230-2280 (=Lamb. 5/7)

No que concerne a estas formas, deve assinalar-se a existência de uma canelura larga na parede exterior, abaixo do bordo, particularidade extremamente rara na cerâmica campaniense que conhecemos. Figura apenas num exemplar da tipologia de Morel (F. 2272a 1), num outro do segundo naufrágio de Grand-Congloué (LAMBOGLIA, 1961: Fig. 6, n.5) e numa peça da “villa” de Settefinestre (CARANDINI / SETIS, 1979: 89), qualquer delas identificada como produção da Etrúria, provavelmente não “verdadeira B”, datável da primeira metade do Séc. I a.C.. Curiosamente, é entre o material publicado do actual território português que encontramos mais paralelos para os nossos

exemplares: um na necrópole de Alcácer do Sal (DELGADO, 1971: n. 18) e outro em Vaiamonte (*Id.*: n.22).

Da observação das bases e dos pés, pareceu-nos existirem características formais que aproximam o LC 548 dos pés rectilíneos da Campaniense A, embora se trate de um fragmento inquestionavelmente pertencente às produções de B ou com elas aparentadas; o LC 550 aproxima-se dos P 152/172 datáveis, na sua maioria dos meados do Séc. II e tidos como produções de B ou aparentadas; finalmente, o LC 809 integra-se no P 142, típico da Campaniense B e datável de meados do Séc. II. Assinale-se, no entanto, que um pé semelhante a este foi encontrado em Ampúrias, sendo considerado típico da B da primeira metade do Séc. I a.C. (SANMARTÍ, 1978: 600, Lam. 102), o que coincide com a cronologia que propomos para a Lomba do Canho.

#### b) F. 2300 (= Lamb. 1)

O único fragmento de bordo que possuímos (LC 551) não permite, pelas suas dimensões, uma grande precisão cronológica.

No que toca à forma dos pés, é de sublinhar a semelhança entre os três exemplares de Arganil (LC 545, 552 e 555) e o P 251 – produção de Campaniense B e aparentadas, datáveis do Séc. I a.C.. Esta semelhança formal é significativa, atendendo ao facto de se registar no LC 552 uma coloração de pasta e características de verniz diferentes dos restantes, como, aliás, já foi referido.

#### c) F. 7500 (= Lamb. 3)

A única peça que permite uma identificação segura é o LC 547, que corresponde à F.7551, enquadrável nas produções de B, ou similares, da primeira metade do Séc. I a.C..

## 2.3. Cronologia

Pelo que atrás ficou exposto, parece-nos indubitável que estamos perante um conjunto de produções de Campaniense B, ou aparentadas, enquadrável *grosso modo* na primeira metade do século I a.C.. Como conjunto, apresenta a associação das formas mais típicas da época: F 2230/2280, as mais numerosas, F 2300 e F 7500, respectivamente. As três peças de forma indeterminável não alterariam este quadro, visto que, presumivelmente, se enquadraram em cada uma das classes atrás mencionadas.

Esta cronologia é, além do mais, confirmada por outros materiais deste sítio arqueológico, nomeadamente as lucernas, ou as moedas (v. Bibliografia e FARIA, 1981).

## 2.4. Descrição

### 2.4.1. F 2230-2280 (= Lamb. 5 e 7)

Nº1. LC 541 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo de uma F.2272 (=Lamb.7); diâmetro do bordo (=DB) 330 mm, altura exterior do bordo (=AB) 20 mm. Verniz espesso negro mate. Pasta depurada e homogénea, amarela avermelhada (Mun. 5 YR 6/8). Na face externa são visíveis estrias de alisamento e uma canelura larga e pouco profunda, abaixo do bordo. A parede apresenta inflexão angulosa.

Nº2. LC 542 – Recolhido no Sector P. Fragmento de parede de uma F. 2230-2280 (=Lamb. 5 ou 7). Verniz espesso negro mate. A pasta apresenta características idênticas ao exemplar anterior. Na parede externa são visíveis estrias de alisamento.

Nº3. LC 546 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo e parede de uma pátera, provavelmente uma F. 2272 (=Lamb. 7), pelas semelhanças que tem com os exemplares LC 541, 553 e 556. DB = indeterminável, AB 14 mm. Verniz espesso negro mate. Pasta homogénea e muito depurada, de coloração uniforme amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 8/6). Apresenta como principais diferenças em relação às outras peças similares, uma inflexão menos angulosa da parede externa e uma canelura mais estreita.

Nº4. LC 548 – Recolhido na Sondagem nº 2. Fragmento de pé e parede de uma F. 2230-2280 (=Lamb. 5 ou 7). Diâmetro externo do pé (=DEP) de 58 mm. Verniz espesso negro mate. Pasta depurada e homogénea de coloração uniforme amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 7/6). Apresenta na face externa vestígios de estrias de alisamento da pasta. O pé de faces rectilíneas quase paralelas, com uma base de sustentação plana e robusta, separa-se da parede por uma canelura. O fundo externo é elevado, em relação à base da parede exterior e possui uma protuberância central.

Nº5. LC 549 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo e parede de uma F. 2286 (=Lamb. 5 ou 7). DB = 240 mm. Verniz espesso cinzento escuro mate. Pasta depurada e homogénea de coloração uniforme amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 7/6).

Nº6. LC 550 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de pé e parede de uma pátera F. 2230-2280 (=Lamb. 5 ou 7). DEP= 60mm. Verniz espesso negro mate. Pasta bem depurada, homogénea e de colora-

ção uniforme amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 7/6). O pé apresenta um ressalto estreito e arredondado na face externa, enquanto que a face interna se apresenta praticamente rectilínea.

Nº7. LC 553 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo e parede de uma F. 2272 (=Lamb. 7). DB = 320 mm, AB = 20 mm. Verniz espesso negro mate. A pasta é muito depurada, apresenta manchas acinzentadas, sendo a cor dominante o amarelo avermelhado (Mun. 5 YR 6/8). Pode considerar-se idêntica à LC 541.

Nº8. LC 554 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo de F. 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7). O diâmetro é indeterminável. Verniz espesso cinzento escuro mate. Pasta depurada e homogénea de coloração uniforme amarela avermelhada (Mun. 5 YR 6/8). Apresenta vestígios de estrias de alisamento.

Nº9. LC 556 – Recolhido no Sector C. Fragmento de bordo e parede de uma F. 2272 (= Lamb. 7). DB 360 mm, AB 16 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 6/6). Peça semelhante a LC 541 e LC 553, tendo, no entanto, a canelura da face externa do bordo mais marcada e uma parede de menor espessura.

Nº10. LC 805 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de parede de F. 2230-2280 (= Lamb. 5-7). Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor dominante amarela avermelhada (7.5 YR 7/6) com manchas castanhas claras (10 YR 6/3). Na face exterior são visíveis estrias de alisamento.

Nº11. LC 806 – Recolhido no Sector E. Fragmento de parede de uma F. 2230-2280 (= Lamb. 5-7). Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 6/6). Vestígios na face externa de estrias de alisamento.

Nº12. LC 809 – Achado de superfície proveniente de um monturo de pedreira. F. 2270-2280 (= Lamb. 7). DEP 82 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea, muito manchada devido à prolongada exposição aos agentes erosivos. Cor dominante amarela avermelhada (7.5 YR 7/6). O pé é maciço, com ressalto anguloso na parede externa e larga base de apoio. Parede interna rectilínea e muito oblíqua. O fundo interno, muito menos espesso que a base da parede, apresenta uma estria.

## 2.4.2. F 2300

Nº13. LC 545 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de pé e parede de uma F. 2300, provavelmente 2320 (= Lamb. 1). DEP 120 mm. verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6). Pé separado da parede por uma canelura, de faces rectilíneas convergentes para a base, superfície de apoio estreita e face externa bastante oblíqua com uma estria. No fundo externo um sulco pouco profundo marca o arranque das faces internas.

Nº14. LC 551 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de bordo e parede de uma F. 2320 (= Lamb. 1). DB 120 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6). Apresenta duas caneluras bem marcadas na parede externa, junto ao bordo e paralelas a este.

Nº15. LC 552 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de pé e parede de uma F. 2300 (= Lamb. 1), provavelmente uma F. 2320. DEP 120 mm. Verniz cinzento escuro com reflexos acastanhados. Pasta depurada, variando entre o amarelo (10 YR 7/4) e o castanho acinzentado (10 YR 5/2). Pé idêntico ao LC 545, mas sem estrias na face externa. O fundo interno apresenta duas estrias e o externo uma ligeira reentrância que o separa do pé. Duas estrias delimitam a zona do fundo externo e uma outra define uma protuberância central.

Nº16. LC 555 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de pé e parede de uma F. 2300 (= Lamb. 1), provavelmente uma F. 2320. DEP 104 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 6/6). Pé idêntico ao LC 545 e 552, sem estrias na face externa.

## 2.4.3. F. 7500

Nº17. LC 544 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de bordo de uma F. 7500. DB 50 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6).

Nº18. LC 547 – Recolhido na Sondagem nº 3. Fragmento de pé e parede de uma F. 7551 (=Lamb. 3). DEP 74 mm. Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6). Parede externa com duas estrias paralelas ao bordo. O pé demarca-se, por um ressalto, do fundo exterior. Este apresenta duas estrias concêntricas.

#### 2.4.4. Formas indetermináveis

Nº19. LC 543 – Recolhido no Sector Q. Fragmento pertencente provavelmente a uma F. 2300 (= Lamb. 1). Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6).

Nº20. LC 807 – Recolhido no Sector Q. Fragmento de parede, possivelmente de uma F 2230-2280 (= Lamb. 5-7). Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6).

Nº21. LC 808 – Recolhido no Sector B. Fragmento de parede, possivelmente de uma F 7500 (= Lamb. 3). Verniz negro mate. Pasta depurada e homogénea de cor uniforme amarela avermelhada (7.5 YR 7/6).

### 3. A Cerâmica Campaniense em Portugal

#### 3.1. Das primeiras identificações à síntese de Manuela Delgado (1971)

A primeira descrição de cerâmica de tipo campaniense encontrada em Portugal deve-se a A. J. Marques da Costa que, ao publicar os materiais provenientes de Chibanes (Palmela) refere um grupo de cerâmicas “(...) de pasta muito mais fina, e de superfície muito regular e revestida de uma fina camada de tinta negra e brilhante como verniz” (COSTA, 1910: 61).

A referência pertence ainda a uma época em que este tipo de cerâmica não tinha a importância que hoje se lhe reconhece nos domínios cultural e comercial, situação que começou a desenhar-se principalmente desde as investigações de Nino Lamboglia em Vintimiglia (LAMBOGLIA, 1950 e 1952).

Na década de 50 – por influência dos trabalhos do investigador italiano – multiplicaram-se as referências a este tipo de cerâmica encontrada em diversos locais do actual território português (CORTEZ, 1951; GIRÃO / OLEIRO, 1953; RIBEIRO et al, 1956; VIANA et al, 1956; VIANA (1958), 1970), mas só com os trabalhos de Manuela Delgado (1971 e 1975) beneficiaria de um primeiro inventário. Constituíam um ensaio de tratamento sistemático e globalizante da maioria dos materiais guardados em Museus e recolhidos nas escavações de Conimbriga.

A autora reconheceu a presença das produções de grande difusão: A, B e – em número muito redu-

zido – C, bem como um conjunto de outras produções a que chamaremos “locais e regionais” – sem quereremos dizer que os centros de produção se situavam no actual território português – que designou por tipos D, E, F, G, H, I, e ainda imitações em cerâmica comum (DELGADO, 1971: 413-418). Posteriormente, por sugestão de J.-P. Morel, assimilou ao tipo B as produções D e E (MOREL, 1975: 92 e DELGADO, 1976: 21).

O quadro então traçado e que no essencial se mantém foi o seguinte:

1) Insignificante presença da cerâmica campaniense no norte do país.

2) Importante presença de material de produção itálica e, conseqüentemente, fraca representação das produções “locais e regionais” – apesar da diversidade – bem como das produções de C.

3) A constatação de que o panorama deste tipo de cerâmica, sendo “(...) variado, não é muito vasto nem muito rico” (DELGADO, 1971: 403).

Se por um lado a investigação recente em Portugal não permite trazer grandes modificações ao esquema traçado por Delgado – praticamente apenas se acrescentaram mais alguns locais onde apareceu – por outro, a investigação além-fronteiras, nomeadamente os dados do Colóquio de Montpellier (“Archéologie en Languedoc”, 1, Sete, 1978) e principalmente a obra de síntese de J. – P. Morel, tendo por base observações efectuadas em diversos locais da bacia do Mediterrâneo (MOREL, 1981), permite já, em nosso entender, uma leitura diferente dos dados do actual território português.

Obviamente, esta nova leitura que apresentamos deve ser encarada com todas as reservas que merece o estado das investigações em Portugal, bem como as condições em que a informação antiga foi recolhida, pelo que deve ser vista mais como um conjunto de hipóteses de trabalho do que como base firme para uma nova perspectiva. Entre os diversos problemas que se levantam, assinalamos, a título de exemplo, o facto de as produções “locais e regionais” só se atestarem nas colecções estudadas por Delgado, o que sugere disparidades nos critérios de classificação adoptados pelos diferentes investigadores; registe-se, também, que a informação disponível para a zona a norte do Mondego, geralmente considerada insignificante (DELGADO, 1971: 403; ALMEIDA, 1983: 190) não se encontra publicada<sup>3</sup>. Existe ainda todo um conjunto de materiais de diversas regiões, que agrupamos em A e B, também inéditos. Para além destes aspectos, a desigual cobertura regional da investigação arqueológica no nosso país compromete, ainda mais, qualquer tentativa de síntese.

<sup>3</sup> Alguns contributos recentes – entenda-se, publicados depois de 1984 – podem ver-se em: SILVA, A.C.F., *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986; NAVEIRO LOPEZ, J.L., *El Comercio Antiguo en el NW Peninsular*, A Coruña, 1991, para citar apenas os títulos mais relevantes.

### 3.2. Os materiais dispersos.

O material até hoje publicado – se excluirmos as cinco peças conservadas no M. N. A. cuja proveniência exacta se desconhece (DELGADO, 1971) – é agrupável, atendendo às condições em que foi publicado, em três grandes núcleos:

A – Estações em que se assinala a presença de campaniense, sem mais precisões:

Castro de Romariz, Feira (CENTENO/ SILVA, 1982: 63; CENTENO, 1983: 194); Porto do Sabugueiro, Muge (ALARCÃO, 1973: 144); Castro de Segóvia, Elvas (GAMITO, 1981 e 1982); S. Marcos, Cacém (MAIA, 1980: 159); Moinho do Castelo, Amadora (CRAVO, 1982: 25); Castro de Ratinhos, Moura (FERREIRA, 1971: 321; ALARCÃO, 1973: 144); Castro da Azougada, Moura (VIANA, 1959:23; FERREIRA, 1971: 321; ALARCÃO, 1973: 144); Noudar, Barrancos (TORRES, 1984); *Villa* do Monte da Chaminé, Ferreira do Alentejo (AMARO, 1982a); Represas, Lobeira Grande, Beja (RIBEIRO et al, 1956: 459; VIANA, 1959: 23; ALARCÃO, 1973: 144); Beja (VIANA, (1958) 1970: 109 e Est. I; 1959: 23; FERREIRA, 1971: 322 e ALARCÃO, 1973: 144); Mangancha, Aljustrel (VIANA, 1959: 23; DOMERGUE/ ANDRADE, 1971: 106; FERREIRA, 1971: 322 e MAIA, 1978: 281); “Castellum” romano das Juntas, Castro Verde (MAIA, 1978: 282); “Castellum” romano da Fonte Santa, Almodôvar (MAIA, 1978: 282); Castro de Nossa Senhora da Cola, Ourique (VIANA, 1959: 23 e 33; 1960: 18 e ALARCÃO, 1973: 144).

B – Estações onde se sabe existir determinada produção, mas se desconhece quais as formas representadas:

Braga, camp. C (ALARCÃO, 1966: 45; 1983: 154; “Castellum” de Pousa, Fonte do Milho, Régua, Camp. B (CORTEZ, 1951: 38); Acampamento romano(?) de Chões de Alpompe, Santarém, Camp. A (GIRÃO / OLEIRO, 1955: 79; ZBYSZEWSKI et al, 1968: 53; FERREIRA, 1971: 317 e ALARCÃO, 1973: 144); *Villa* do Alto da Cidreira, Cascais, Camp. C (?) – na notícia da descoberta da estação é mencionado um fragmento de campaniense C (CARDOSO/ ENCARNÇÃO, 1983: 40), mas no relatório das escavações (ENCARNÇÃO et al, 1982) não se lhe faz qualquer referência<sup>4</sup> –; *Castellum* romano do Monte do Manuel Galo, Mértola, Camp. B (MAIA, 1972: 158); Castro Marim, Camp. C (SOARES, 1978: 141)<sup>5</sup>.

C – Conjuntos pouco numerosos, mas cujas produções e formas representadas são conhecidas:

Lisboa, Casa dos Bicos, um exemplar da F. 3120, produções da Etrúria meridional e suas imitações, datadas sobretudo do séc. II (AMARO, 1982b e 1983: 258); Santarém, 16 fragmentos de camp. B, 3 formas permitem reconstituição: F 1220 (= Lamb. 2), F 2250 (= Lamb. 5) e F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7); camp. C, 1 fragmento de forma indeterminada (DIOGO, 1984: 114-16, Est. D); Castro da Pedra Furada, Sintra, 1 fragmento não identificado (FERREIRA, 1971: 319, Fig. 3, n. 3), mas que pelo desenho parece corresponder a uma F 2230-2280 (=Lamb. 5 ou 7) de produção B-oide, de Cales, ostenta o típico motivo cruciforme no fundo interno; estrato B da Castelo Velho de Veiros, Estremoz, um povoado fortificado, 1 fragmento de camp. A, F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7); camp. B, uma F 7544 (= Lamb. 3), datável do séc. II-I, não sendo fácil uma identificação mais precisa (MOREL, 1981: 413-14), dois exemplares de F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7) e uma provável F 2800-2900 (= Lamb. 8), para além de outros fragmentos de difícil classificação (ARNAUD, 1968 e 1970: 315-16 e Fig. II); “Região de Setúbal” – sob esta designação foi publicado algum material depositado no M. N. A. sem indicação mais precisa de proveniência; trata-se presumivelmente do material do povoado de Chibanes, depositado naquele museu de forma muito confusa, depois da morte de Marques da Costa (FERREIRA, 1971: 62-4 e especialmente nota 66); assinale-se, porém que outros autores têm referido a campaniense de Chibanes, tratando-se provavelmente do mesmo material estudado por Delgado. Pelas gravuras do trabalho de Marques da Costa (1910: Est. III, n. 463-4 e 465-6) parece tratar-se de uma F 2780 ou 2825 (= Lamb. 27 ou 27c) e uma F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7), mas o autor refere mais materiais não representados; camp. A, uma F 2272 (= Lamb. 7) que, no entanto, é considerada uma produção afim de B e uma F 1300-1500 ou 1700 (= Lamb. 36); camp. B, um exemplar da série F 7500 (= Lamb. 3), não desenhado (DELGADO, 1971: Est. I, n.os 12 e 13); Castelo da Lousa, Mourão, *castellum* romano, materiais primeiramente classificados como camp. A e B (ALARCÃO/ ALARCÃO, 1965), posteriormente identificados como produções “locais e regionais” – tipos F, G, H e “imitações” em cerâmica comum – por Delgado, estão representados cinco exemplares da F 2250 (=

<sup>4</sup> Na recente publicação dos materiais desta *uilla* romana, de novo nada se diz sobre cerâmicas de tipo campaniense, pelo que é de supor que terá havido um equívoco na primeira publicação, v. NOLEN, J.U.S., *A Villa Romana do Alto da Cidreira (Cascais) – Os Materiais*, “Conimbriga”, 27, 1988, p. 61-140.

<sup>5</sup> Um conjunto muito numeroso e diversificado de cerâmicas deste tipo foi recolhido nas escavações que Ana Margarida Arruda dirigiu no local particularmente em estratos dos meados do séc. I a.C. v. ARRUDA, A.M., *Nota acerca da ocupação romano-republicana do Castelo de Castro Marim*, 5.º Congresso do Algarve (1988), vol. 1, 1988, p. 13-17.

Lamb. 5), uma F 1220 (= Lamb. 2) e um fundo que ostenta o conhecido motivo cruciforme de Cales (DELGADO, 1971: Est. II, n. 27); Pedra da Atalaia, Santiago do Cacém, um pequeno povoado indígena, camp. A, uma F 2780 (= Lamb. 27), camp. B, uma F 2250 (= Lamb. 5) (SILVA, 1978: 125 e Est. VI); estrato II de Serpa, camp. A, um exemplar de F 2780 ou 2825 (= Lamb. 27), os autores da escavação identificam-na contudo com a forma 30 de Lamboglia (BRAGA/ SOARES, 1981: 120 e Fig. 4) o que nos parece bastante improvável<sup>6</sup>.

Para além destes, há outros conjuntos que por si merecem uma atenção especial, principalmente por serem numerosos, diversificados e por permitirem algumas conclusões de ordem cronológica.

### 3.3. Conjuntos significativos

Os conjuntos razoavelmente numerosos provenientes de estações arqueológicas e que merecem, pelas suas características, uma atenção especial são os de: *Conimbriga* (DELGADO, 1976); Vaiamonte, Monforte (DELGADO, 1971); estrato II do Pedrão, Setúbal (SOARES/ SILVA, 1973); necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal (DELGADO, 1971); camada 6 do Castelo de Alcácer do Sal (SOARES, 1978 e SILVA et al, 1980-81) e *Mirobriga*, Santiago do Cacém (DELGADO, 1971).

#### 3.3.1. *Conimbriga*

Trata-se de um conjunto pouco significativo em termos arqueológicos, visto ser constituído por fragmentos de peças recolhidas nos aterros de construções de épocas posteriores à do seu fabrico e utilização (DELGADO, 1976: 21). Da chamada “camada pré-romana da cidade”, já identificada por V. Correia (1916), apenas foram escavadas algumas construções que “sobreviveram” ao urbanismo augústeo, não tendo fornecido qualquer fragmento de campaniense (ALARCÃO/ ETIENNE, 1973)<sup>7</sup>.

A amostra é composta por 41 fragmentos – referem-se na publicação 86, mas só se apresentam 41, razão pela qual os tomámos como base para efeitos estatísticos – estando desenhados 38, aos quais se acrescenta um exemplar de camp. A, de forma indeterminada, e duas F 1220 (= Lamb. 2), não desenhadas.

No que concerne às produções representadas, a camp. A regista um único exemplar, 2.4% do total; a camp. B é maioritária, 58.5%; a camp. C regista dois fragmentos, 4.8%; as produções “locais e regionais”, tipos F, G, H e um exemplar sem verniz perfazem 34.1% (DELGADO, 1976).

Para a camp. B aparecem esmagadoramente as F 2300 (= Lamb. 1), 50% e F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7), 45.8%. As F 1220 também abundantes, 19.5%, enquadram-se, à excepção de um exemplar de C, nas produções “locais e regionais” (tipos G e H de Delgado).

No que concerne às formas, apenas um exemplar (DELGADO, 1976: Pl. IV, n. 24) se conserva intacto permitindo um enquadramento na tipologia de Morel, trata-se de uma F 2286 (= Lamb. 7), produção de B ou B-oides datável dos fins do séc. II inícios do I (MOREL, 1981: 162).

Pelo conjunto de formas representado e por por menores de tipologia, nomeadamente os pés e fundos externos das F 2300 (= Lamb. 1) (MOREL, 1981: 465), a amostra de *Conimbriga* aponta claramente para uma inserção cronológica no séc. I, datação confirmada pela decoração de um exemplar de produção “local ou regional” (DELGADO, 1976: 23, Pl. IV, n. 38).

#### 3.3.2. Vaiamonte

Conhece-se um conjunto numeroso e interessante, infelizmente obtido por uma escavação sem qualquer relatório ou indicações estratigráficas.

A amostra publicada é constituída por 40 peças e fragmentos, dos quais apenas se desenharam e descreveram 6 (DELGADO, 1971: Est. II, n.os 15, 16, 17, 22, 29 e 33)<sup>8</sup>.

A camp. A está presente com 5 exemplares, 12.5%, dos quais 4 pertencem à F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7) e um à F 2825 (= Lamb. 27c); a camp. B é maioritária com 27 exemplares, 67.5%, com significativas presenças das F 2300 (= Lamb. 1), 8 exemplares, 29.6%; F 2250 (= Lamb. 5), 9 exemplares, 33.3%; considerável é também o número das F 7500 (= Lamb. 3), 5 exemplares, 18.5%; estão igualmente presentes as F 1220 e F 1410 (= Lamb. 2 e 4) com 1 exemplar cada; nas produções “locais e regionais” (tipos H, I e “cerâmica comum com verniz negro” de Delgado) estão presentes as F 2300, 1220 e 2250 (= Lamb. 1, 2 e 5), com uma única ocorrência cada.

<sup>6</sup> Novas escavações efectuadas no local foram publicadas, embora sem uma apresentação exaustiva dos materiais por SOARES, A.M.M. e BRAGA, J.R., *Balanço Provisório da Intervenção Arqueológica já Realizada no Castelo de Serpa*, “Arquivo de Beja”, II série, 3, 1986, pp. 167-198. Interessa particularmente reter o achado de cerâmica ática e de novos fragmentos de campaniense A.

<sup>7</sup> Uma reavaliação destes vestígios pode ver-se em: ARRUDA, A.M., *Conimbriga: Escavações de 1988-89. 1. Algumas Precisações sobre a Cronologia do “Bairro Indígena”, “Portvgalia”, n.s., 9-10, 1988-89, pp. 93-100.*

<sup>8</sup> A revisão destes materiais, depositados no MNALV, revelou uma realidade diferente.

As formas Lamb. 3 publicadas com os n.ºs 16 e 17 são identificáveis com as F 7511 e F 7553 da tipologia de Morel, a primeira é formalmente idêntica a uma produção “punicizante” atribuída ao séc. III (MOREL, 1981: 411) e a segunda pertence à camp. B ou B-oide datável dos fins do séc. II princípios do I (MOREL, 1981: 415); a Lamb. 4, n.º 22, parece corresponder a F 1416 (b ou c), de idêntica cronologia e considerada como uma produção da periferia do mundo mediterrânico, provavelmente levante espanhol ou Marrocos (MOREL, 1981: 112); a Lamb. 5, n.º 29, pelas características morfológicas, nomeadamente a canelura bem marcada na parede externa, é enquadrável na F 2272 a 1, datada de 75-65, no naufrágio de Titan, ilha do Levante (MOREL, 1981: 158); não deixa de ser curioso notar que a Lamb. 2, n.º 33, encontra correspondência na F 1225 b, proveniente do mesmo naufrágio (Idem: 94), a primeira seria uma produção da Etrúria setentrional, mas não uma “verdadeira B”, enquanto que a segunda corresponderia a uma verdadeira produção de B.

### 3.3.3. Pedrão, Setúbal – Camada II

Este conjunto, proveniente da escavação de um pequeno povoado fortificado, é o mais antigo publicado – dos conjuntos aqui referidos, visto que a publicação de Veiros é anterior – que apresenta material encontrado *in situ* e integrado num contexto – ânforas e moedas romanas republicanas, moedas hispânicas e fíbulas *La Tène III*; a *terra sigillata* está totalmente ausente (SOARES / SILVA, 1973) – que permite avançar uma datação relativamente segura, do segundo e terceiro quartel do século I a.C. (é difícil ser mais preciso, na medida em que apenas um pequeno sector do povoado foi escavado (Idem: 278).

O conjunto inclui apenas produções de camp. B, ou afins, a amostra é composta por 13 exemplares e apresenta a associação típica dos meados do séc. I a.C.: F 2250 (= Lamb. 5) e F 2300 (= Lamb. 1), maioritárias, respectivamente 6 exemplares, 46.1%, e 3 exemplares, 23%, estão também presentes, com um exemplar cada, as F 1220, 7500 e 1410 (= Lamb. 2, 3 e 4). Registe-se ainda um fragmento de forma indeterminada.

As peças, todas muito fragmentadas, não permitem um enquadramento mais preciso na tipologia de Morel.

### 3.3.4. Alcácer do Sal

Esta estação é, neste particular, um dos casos mais interessantes e polémicos da arqueologia portuguesa.

De Alcácer conheciam-se os exemplares de campaniense, num total de 21 peças, publicados por Delgado (1971), provenientes das escavações da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires: camp. A, com cinco exemplares, 23.8%; camp. B, dez exemplares, 47.6%; produções “locais e regionais” (tipos F, G, H e I de Delgado), 6 exemplares, 28.5%. A diversidade de produções representadas fez com que se visse no local “(...) o principal porto de importação dos séculos II e I a.C.” (ALARCÃO, 1983: 155).

O repertório de formas é o seguinte: camp. A. F 2825 (= Lamb. 27c), um exemplar; F 2640 (= Lamb. 28), dois; f 1300-1700 (= Lamb. 36), um; e ainda um outro de forma indeterminada; camp. B. F 2300 e 2250 (= Lamb. 1 e 5) com quatro exemplares cada; F 1220 e 7500 (= Lamb. 2 e 3) com um cada; produções “locais e regionais” F 2250 (= Lamb. 5), com quatro exemplares; F 2300 e 1220 (= Lamb. 1 e 2) com um cada.

Da amostra estudada, Delgado só publicou oito desenhos (DELGADO, 1971: Est. I, n.º 11; Est. II, n.ºs 14, 18, 23, 24, 25 e 26). O primeiro, uma forma Lamb. 28, corresponde a um dos tipos da série F 2648 (não certamente ao tipo a), não sendo possível maior precisão visto que o pé não se conservou – trata-se de uma “verdadeira” A, dos finais do séc. II, inícios do I a.C. (MOREL, 1981: 200-201);

o n.º 18, uma Lamb. 5, é muito semelhante ao exemplar n.º 29 de Vaiamonte e corresponde à F 2272 a1, datável de 75-65 a.C. (MOREL, 1981: 158); o n.º 21, uma forma Lamb. 2, é a F 1232 c1 da tipologia de Morel, considerada por este autor como uma provável produção “local ou regional”, dos finais do séc. II, princípios do I a.C. (MOREL, 1981: 95), rectificando assim a classificação de camp. B proposta por Delgado; o n.º 24, uma Lamb. 5, é a F 2257 c1 da tipologia de Morel, considerada uma produção “local ou regional” (Delgado classificava-a como tipo F), datada de 120 +/- 30 a.C. (MOREL, 1981: 155); as restantes peças desenhadas, pelo seu estado fragmentário, não permitem uma identificação precisa.

As escavações sistemáticas na área do castelo de Alcácer do Sal, em zona de habitat, vieram proporcionar novas perspectivas sobre a presença de cerâmica campaniense no local (SOARES, 1978 e SILVA et al, 1980-1). Foram publicados até ao momento dois conjuntos: um resultante de achados sem contexto, recolhidos por ocasião de obras públicas no sítio (SOARES, 1978) e outro, menor, resultante da primeira campanha de escavações (SILVA et al, 1980-1). Os autores afirmam que existe: “ (...) relativa escassez deste tipo de cerâmica no castelo de Alcácer do Sal (...)” (Idem: 185); apenas recolheram *in situ*, na camada 6, dos sécs. II a I a.C., 7 fragmentos de campaniense. Esta observação conjugada

com o facto de escassearem também as ânforas romanas republicanas, leva-os a afirmar que: “(...) a ocupação da Idade do Ferro do Castelo de Alcácer poderia ter estado, até, pelo menos, aos meados do séc. I a. C. fora da influência itálica” (*Idem*: 195). Tais afirmações parecem-nos um pouco prematuras, visto que, segundo o relatório da escavação, a camada 6, correspondendo à Fase V de ocupação, dos séculos II – I a.C., só foi identificada e escavada numa área de 6 x 2 metros, com uma potência de 0.25 – 0.40 m, que inclui ainda dois muros (*Idem*: 151-163).

A amostra até ao momento publicada consta de 31 exemplares – como se pode ver nada insignificante para o panorama conhecido no actual território português – inclui 11 de camp. A, 35.4%; 18 de camp. B e afins, 58%, e 2 de C, 6.4%.

No grupo da A aparecem representadas as F 2230-2280 e 1300-1500 (= Lamb. 5 ou 7 e 36), com quatro exemplares cada, sendo os restantes de difícil identificação; na camp. B e afins as formas representadas são F 2300 (= Lamb. 1), com oito, a F 2230-2280 (= Lamb. 5 ou 7), com seis e as F 1220, 7500 e 1410 (= Lamb. 2, 3 e 4), com um exemplar cada; no grupo da C registam-se as F 2230-2280 e 1410 (= Lamb. 5 ou 7 e 6), com um cada.

Todas estão demasiado fragmentadas para permitirem um enquadramento preciso na tipologia de Morel.

Assinale-se que as formas registadas para a campaniense A no Castelo de Alcácer do Sal e na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires são bastante diferentes, ao contrário do que acontece com a campaniense B. Outras assimetrias assinaladas, nomeadamente a da presença de produções “locais e regionais” somente no segundo sítio, pode atribuir-se a diferenças de critério de classificação por parte dos investigadores.

### 3.3.5. *Mirobriga*

Este conjunto reveste-se de pouca utilidade do ponto de vista arqueológico, por se desconhecem quase em absoluto, os dados contextuais da sua recolha. Os relatórios publicados mencionam vagamente um estrato pré-romano com cerâmica de tipo ibérico, moedas hispânicas e outros objectos, associados à cerâmica campaniense (ALMEIDA, 1964: 28, 32-3, 61 e ARTHUR, 1983: 56-7, 72, 91, 94-6)<sup>9</sup>. No entanto, o conjunto é interessante a diversos níveis, sendo de sublinhar o facto de ser a única estação arqueológica conhecida no actual território português onde os tipos A e B se encontraram em paridade.

A amostra é composta por 18 exemplares, sendo 8 de camp. A, 44.4%, e outros tantos de camp. B, para além de 2 exemplares de produções “locais ou regionais” (tipo I de Delgado) (DELGADO, 1971).

As formas da A são muito variadas: F 2825 (= Lamb. 27c) com três exemplares, F 2230-2280, 2500-2900, 1300-1500 e 3130 (= Lamb. 5 ou 7, 31, 36 e 68b) com um cada e ainda uma forma indeterminada. A camp. B apresenta maioritariamente a F 2300 e 2500 (=Lamb. 1 e 5), com três exemplares cada, estando também representadas as F 7500 e 3450 (= Lamb. 3 e 10). Das produções “locais ou regionais” (tipo I de Delgado) regista-se apenas uma F 2300 (= Lamb. 1) e uma outra F 1400 (= Lamb. 4).

De entre as formas desenhadas e publicadas por Delgado, são enquadráveis na tipologia de Morel as seguintes: camp. A, Lamb. 31 (DELGADO, 1971: Est. I, n.º 5) que corresponde à série f 2615 (provavelmente ao tipo a ou b), considerada como produção “local ou regional” e não “verdadeira” A, datável dos meados do séc. II a.C. (MOREL, 1981: 191); e Lamb. 68b (DELGADO, 1971: Est. I, n.º 6), correspondente à série F 3100, não sendo possível maior precisão, visto que estes tipos se distinguem pelas particularidades das asas que, no caso presente, não se conservaram (MOREL, 1981: 245-56), tudo leva a crer, no entanto, que se trata do exemplar mais antigo, de entre os publicados do actual território português, apesar de tudo, porém é datado somente dos meados do séc. II a.C. (*Idem*: 91); a produção de I, uma Lamb. 1 (DELGADO, 1971: Est. II, n.º 30), é a F 2322b da tipologia de Morel, tida como uma produção “local ou regional” da primeira metade do séc. I a. C. (MOREL, 1981: 164).

Pelo seu estado de conservação, nenhum dos outros exemplares publicados é passível de uma identificação mais precisa (DELGADO, 1971: Est. I, n.os 7, 8, 9 e 10 e Est. II, n.os 19 e 31).

## 3.4. A Cronologia da Cerâmica Campaniense em Portugal

Na sequência das teses de Morel (1978), J. Soares considerou que a presença da cerâmica campaniense A e B no actual território português corresponderia mais a diferenças cronológicas do que a mecanismos de mercado (SOARES, 1978), como anteriormente fora sugerido (ALARCÃO, 1973: 144 e 1983: 154-5) – tenham-se em atenção os resultados publicados sobre o baixo vale do Ródano (DEDET / PY, 1979). Parece-nos que ambas as teses são defensáveis. Por um lado, parece inegável que o fabrico e difusão da campaniense A não cessou em meados do séc. I a.C.; por outro lado, porém, parece evi-

<sup>9</sup> As mais recentes escavações efectuadas no local não forneceram até à data novos elementos sobre a questão.

dente que a exportação para a Península Ibérica cessou, de facto, nessa altura, como parecem demonstrar os materiais da fase III de Azaila (BELTRAN, 1979) ou do estrato IV da “muralla Robert” de Ampúrias (SANMARTÍ, 1978a: I, 299-312), sendo, portanto, possível o estabelecimento de cronologias baseadas nas características dos diferentes conjuntos de cerâmicas deste tipo, pelo menos no estado actual das investigações.

Assim, para o território actualmente português, *Mirobriga* e Alcácer do Sal (nomeadamente a necrópole) parecem ser os centros onde se regista a campaniense de feição mais arcaica: formas da série F 2820 (= Lamb. 27c) e F 2648 b1 ou c1 (=Lamb. 28c), da necrópole de Alcácer, datável da segunda metade do séc. II a.C.; um exemplar da F 2615 a1 ou b1 (= Lamb. 31) de *Mirobriga*, de idêntica cronologia; as peças das séries F 1300-1700 (=Lamb. 36) presentes nas duas estações, mas, pelo seu estado de conservação, de tipologia e cronologia indetermináveis; e o exemplar da série F 3100 (= Lamb. 68b), de *Mirobriga* dos meados do séc. II a.C.. A este conjunto pode acrescentar-se a F 3120 recolhida nas escavações da Casa dos Bicos, em Lisboa, de idêntica datação, que pode inserir-se no mesmo fluxo de importações.

Como se pode ver, a cerâmica campaniense A do actual território português é toda enquadrável da segunda metade do séc. II a.C., como, aliás, já foi assinalado (ALARCÃO, 1983: 154).

É de registar, igualmente, a chegada precoce desta cerâmica aos povoados do interior alentejano, com exemplares da série F 2820 (=Lamb. 27 e 27c) em Vaiamonte e uma peça que julgamos passível de enquadramento análogo de Serpa. Não parece verificar-se uma significativa disparidade de importações entre as regiões interiores e o litoral visto que exemplares da mesma série foram recolhidos na “região de Setúbal” e na Pedra da Atalaia, em Santiago do Cacém.

Finalmente, deve sublinhar-se que as produções de A (v. Quadro I) das séries F 2300-2800 (= Lamb. 5 ou 7) são nitidamente peças tardias, que se afastam das características das mais antigas páteras campanienses da série F 2252 (MOREL, 1981: 153-4).

Do restante material de cronologia mais antiga, merece alguma atenção o exemplar de Vaiamonte formalmente idêntico à F 7511, uma produção considerada “punicizante” e, por isso mesmo, datada do séc. III a.C. (*Idem*: 411). Não se pode dizer que seja surpreendente a presença de um exemplar desta produção no local – de facto, pelo que se conhece da cultura material daquela região, parece admissível a

existência de uma influência púnica no local, nos sécs. IV – III a.C. (GAMITO, 1982: 72-3) –, contudo, por se tratar do único testemunho conhecido eventualmente enquadrável nas produções púnicas ou “punicizantes” de verniz negro no actual território português, alguma prudência se impõe na sua classificação. Reveste-se de particular importância para o estudo das relações comerciais da zona sul do nosso território verificar até que ponto são frequentes ali as produções de âmbito púnico, ou similares. Por fim, deve sublinhar-se que a afinidade formal não implica necessariamente um enquadramento do exemplar de Vaiamonte entre as referidas produções.

O grande interesse que poderá ter o reconhecimento de uma difusão para ocidente das produções de verniz negro de âmbito púnico consiste na possibilidade de colmatar o aparente hiato que existiu entre a importação e distribuição das cerâmicas áticas e das itálicas no ocidente peninsular – adiante trataremos com mais pormenor esta questão.

No que concerne à campaniense B (v. Quadro II), a situação que verificamos para a totalidade do nosso território é a típica dos horizontes de importação do séc. I a. C.; o que não impede que algumas peças remontem à segunda metade do séc. II a.C., nomeadamente a F 2286 (=Lamb. 7) de Conimbriga; as peças F 7553 (=Lamb. 3) e F 1416 (=Lamb. 4) de Vaiamonte; os tipos F 1232 c1 (= Lamb. 2) e F 2257 c1 (= Lamb. 5) e a F 7544 (= Lamb. 3) de Veiros. O facto de todas estas produções serem inseríveis na segunda metade do séc. II, inícios do séc. I a.C. torna-as pouco úteis para a fixação de cronologias seguras. O restante material conhecido enquadra-se já no séc. I a.C., sendo interessante frisar, uma vez mais, as analogias detectadas com os materiais do naufrágio de Titan – exemplares da Lomba do Canho, Vaiamonte, “região de Setúbal” e necrópole de Alcácer do Sal – datável de 75-65 a.C.<sup>10</sup> No conjunto predominam os exemplares das séries F 2300-2800 (= Lamb. 5 ou 7) e F 2300 (= Lamb. 1), seguindo-se-lhes a F 7500 (=Lamb. 3). Como se vê, a situação observada na Lomba do Canho corresponde ao que já era conhecido em outras estações arqueológicas do país.

A campaniense C (v. Quadro III), cuja exportação para a Península Ibérica se inicia no séc. I a. C. (MOREL, 1978: 163), tem uma representação inexpressiva, à qual não será estranha a concorrência das produções “locais e regionais” de pasta cinzenta, amplamente documentadas na área ocidental do Mediterrâneo (*Idem, Ibidem*).

<sup>10</sup> Recentemente A. Tchernia defendeu uma data mais tardia para este naufrágio, propondo que o mesmo não seria anterior a 50 a.C., v. TCHERNIA, A., *Contre les Épaves*, DUVAL, A. / MOREL, J.-P. e ROMAN, Y., *La Gaule Interne et la Gaule Méditerranéenne aux II et I Siècles avant J. C., Confrontations Chronologiques*, Paris, CNRS, 1990, pp. 291-301, particularmente a p. 300.

Constatamos que a proporção de formas e produções se aproxima da que encontramos nos contextos arqueológicos do séc. I a. C., nomeadamente no naufrágio de La Madrague des Giens, Var, datável de 60-50 (TCHERNIA et al, 1978)<sup>(8)</sup>, onde as formas mais amplamente atestadas são, por ordem decrescente, Lamb. 5/7, 1, 3 e 2, para além de outras de muito escassa ocorrência – assinala-se também aqui a campaniense C está representada por poucos exemplares.

Em Azaila, Teruel, no estrato III (70 a 50 a.C.), as formas mais abundantes são Lamb. 5, 5/7 e 1, sendo inexpressiva a presença de outras; a campaniense C tem igualmente uma ocorrência insignificante (BELTRAN, 1979). Em Ampurias, no estrato IV da muralha Robert, datável de 80/70 a 50/40, existe também uma predominância esmagadora da forma Lamb. 5, estando igualmente a camp. C pouco documentada (SANMARTÍ, 1978, I: 252-274).

Registe-se que, à semelhança do que acontece em outros locais da Península, nomeadamente no acampamento romano de Cáceres (BELTRÁN, 1976), as produções “locais e regionais” (v. Quadro IV) parecem preferir especialmente as formas Lamb. 2, 5/7 e, em menor quantidade, a 1.

### 3.5. As rotas comerciais e a distribuição da cerâmica campaniense em Portugal

A distribuição da cerâmica campaniense no actual território português seria, por si só, um elemento significativo para a definição de rotas comerciais. Pensamos, no entanto, que o estudo de outros materiais de grande difusão que cronologicamente a precedem pode revestir-se de algum interesse.

Achamos que não existe, no actual território português, uma continuidade entre as importações de cerâmica ática de figuras vermelhas ou de verniz negro (“pré-campaniense”) e as de cerâmica campaniense, razão pela qual, ao contrário de outros autores (DELGADO, 1971 e FERREIRA, 1971), optámos por não tratar as primeiras juntamente com as segundas. A presença e dispersão geográfica dos produtos áticos tem, no entanto, inegável utilidade para a compreensão de algumas vias de comunicação que, sendo anteriores à conquista romana, parecem condicionar o padrão geográfico de dispersão dos produtos itálicos.

A cerâmica ática de figuras vermelhas encontra-se atestada, em Portugal, na necrópole de Alcácer do Sal (TRIAS, 1967: 503-507 e ROUILLARD, 1975a), Conimbriga (ALARCÃO, 1976), Santo Estevão da Facha, Ponte de Lima (ALMEIDA et al, 1981), Castro de Faria, Barcelos (ROUILLARD, 1975b) e, certamente, nos grandes povoados do interior alentejano<sup>12</sup>. Datável dos sécs. V e IV a. C., corresponde a uma fase em que a exploração e comércio de minérios constituía o principal estímulo para os contactos entre os povos provenientes da área mediterrânica, nomeadamente púnicos, e os do actual território português. Esta realidade encontra-se amplamente demonstrada para o interior alentejano (GAMITO, 1982); é provável que Santa Olaia, Montemor-o-Velho e Conimbriga correspondam a dois locais do corredor natural que a bacia hidrográfica do Mondego constitui, permitindo o escoamento dos minérios do interior (ouro e estanho), explorados desde a pré-história (SENNA-MARTINEZ/ LUZ, 1983). Com idêntica finalidade, a procura do ouro e estanho, ter-se-iam dirigido ao noroeste peninsular os comerciantes que levaram a cerâmica ática a Santo Estevão da Facha, Ponte de Lima, e ao Castro de Faria, Barcelos, (ALMEIDA et al, 1981: 90).

Com idêntica datação e enquadrável no mesmo movimento de intercâmbio encontra-se a chamada cerâmica pré-campaniense, cerâmica de verniz negro de produção ática, registada no actual território português: no Algarve, em local incerto (DELGADO, 1971: Est. I, n.º 2) um exemplar pertencente ao género F 2700 de Morel (1981: 206-26); em Mesas do Castelinho, Almodôvar (DELGADO, 1971: Est. I, n.º 4), um exemplar da série F 2786, produção ática ou “imitação” datável dos meados do séc. IV a. C. (MOREL, 1981: 224-5) (9); no Castro da Azougada, Moura (FERREIRA, 1971: Figs. 15 e 16), um exemplar que, pelas figuras publicadas, parece integrável na série F 4271, produção ática datável dos meados do séc. V a. C. (MOREL, 1981: 301); na necrópole de Alcácer do Sal (DELGADO, 1971: Est. I, n.os 1 e 3), um exemplar da F 2222 f1, da tipologia de Morel, produção ática da segunda metade do séc. IV a. C. (MOREL, 1981: 148), um fragmento atribuível ao género F 2700 (*Idem*: 206-226) e outro de tipo indeterminável, datado do séc. V a. C., encontrado na camada 8 do castelo da mesma localidade (SILVA et al, 1980-81: Fig. 17 e nota 13); uma peça proveniente do Alentejo, de local desconhecido, considerada como uma produ-

<sup>11</sup> Datação que Tchernia continua a defender, v. *op.cit.* na nota anterior.

<sup>12</sup> Sobre esta questão v. P. ROUILLARD, *Les Grecs et la Péninsule Ibérique, des VIII<sup>e</sup> au IV<sup>e</sup> siècles avant Jésus Christ*, Paris: Diff. du Boccard, 1991; P. ROUILLARD et alii, *Les vases grecs d'Alcácer do Sal (Portugal)*, “O Arqueólogo Português”, série IV, 6/7, 1988-1989, pp. 43-108 e, sobretudo, A. M. ARRUDA, *Cerâmicas Óticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*, (trabalho de síntese apresentado ao INIC), Lisboa, s/d (policopiado).

ção do tipo I (DELGADO, 1971: Est. II, n.º 32), das séries F 5421, 5422 ou 5451, do séc. IV ou princípios do III a. C. (MOREL, 1981: 362-5); finalmente assinalam-se formas indeterminadas em Vaiamonte (DELGADO, 1971, Quadro III), em Segóvia (GAMITO, 1982: Quadro I) e no povoado de Fernão Vaz, Ourique (BEIRÃO, 1972: 203 e Fig. 9).

Esta amostragem, com todas as limitações com que deve ser encarada, parece chamar a atenção, uma vez mais, para a importância que a exploração e comercialização dos recursos mineiros teve no actual território português na antiguidade. Assinale-se, igualmente, que estamos aparentemente perante duas vias distintas de difusão comercial dos produtos mediterrânicos: uma interior, que punha a região alentejana em contacto com o litoral algarvio pelo vale do Guadiana; e outra litoral, que levava aqueles produtos para Alcácer do Sal, península de Lisboa e bacias do Mondego e Lima. Sublinhe-se a coincidência das localizações de achados a norte da península de Lisboa com pontos de acesso a zonas ricas em ouro e estanho.

A uma fase de contactos mais ou menos intensos com o mundo mediterrânico segue-se um hiato provocado pelas guerras púnicas e pelas dificuldades sentidas pelos romanos na penetração até ao extremo ocidente peninsular. Por estas razões, a cerâmica campaniense, quando aqui chegou, provinha da península itálica (MOREL, 1975: 90) e acompanhava os exércitos romanos. Penetrou no sul, nos povoados indígenas, na sequência da campanha de Júnio Bruto e penetrou, provavelmente por essa altura, para norte do Tejo, pelo litoral, acompanhando o avanço do procônsul pelo actual território português (FHA, IV: 135-140 e ALARCÃO, 1983: 36), ou seja, pelo percurso que adoptou posteriormente a via *Olisipo-Bracara* e que se manteve até aos nossos dias como o principal eixo de comunicação entre o norte e o sul.

A campanha de Bruto teve como principal consequência a consolidação da ocupação romana ao sul do Tejo (ALARCÃO/ ETIENNE, 1976: 172). Não é de admirar, por isso, que os materiais mais antigos e variados aí apareçam no sul, sendo natural também a sua presença precoce nos povoados do interior alentejano difundido a partir de portos de importação situados na Andaluzia ou algures no sul do actual território português, provavelmente percorrendo as antigas vias que tinham levado aos nossos locais a cerâmica ática.

Os achados a norte da península de Lisboa podem relacionar-se também com duas vias distintas

de difusão. Se por um lado, parece inegável a relação com as campanhas de ocupação, a atestá-lo temos o facto de tanto a Fonte do Milho como a Lomba do Canho serem locais de estabelecimento militar, relacionados com as campanhas promovidas a partir de 60 a. C. e que constituíram as primeiras acções consequentes de romanização da zona de entre Douro e Tejo (ALARCÃO/ ETIENNE, 1976: 172 e ALMEIDA, 1983: 189-91); por outro, a presença de campaniense em diversos locais do litoral da Galiza até à Corunha e, sublinhe-se, apenas em estabelecimentos do litoral (CAAMAÑO GESTO, 1983: 227-8), parece apontar a existência de contactos comerciais por via marítima que eventualmente precederam a ocupação territorial – note-se que idêntica distribuição litoral se regista com a cerâmica ática no norte de Portugal e Galiza (ALMEIDA et al, 1981: 66)<sup>14</sup>.

## Conclusões

Em face do que ficou exposto e sem perder de vista as limitações da informação, julgamos poder alinhar algumas ideias à laia de conclusão.

Existiu aparentemente um hiato entre o fim das importações áticas e o início das importações itálicas de cerâmicas de verniz negro. Esse hiato pode ter sido preenchido pela difusão de produtos “punizantes” ainda insuficientemente documentados – lembremos que entre o material publicado apenas detectámos uma possível peça. Será talvez vantajoso cotejar estas produções com algumas das “imitações” referidas por Delgado (1971: 418), principalmente com os materiais apenas mencionados e não desenhados nem descritos.

Existiram duas vias distintas de difusão da cerâmica campaniense no actual território português, à semelhança do que já sucedera com outras importações mediterrânicas – cerâmicas áticas e ânforas ibero-púnicas, por exemplo – uma exclusivamente litoral, que abarcava a fachada atlântica – lembremos que para esta via a informação é escassa e parte dela encontra-se inédita –; outra, combinando o transporte marítimo a partir de centros exportadores, com um circuito terrestre que abrange toda a zona do Portugal mediterrânico, pelo menos a sul do Tejo – de novo as importações áticas e ibero-púnicas são esclarecedoras. Lembremos que o célebre “Caminho da Prata” não fica longe e, é bem possível, que uma via com estas características desenvolvesse redes periféricas de ligação a centros de extracção de outros minérios.

<sup>13</sup> Nas escavações que temos efectuado no local desde 1989 recolhemos já novos fragmentos de cerâmica ática, bem como uma abundante colecção de campaniense, v. FABIÃO, C. e GUERRA, A., *As Ocupações Antigas do Sítio de Mesas do Castelhinho (Almodôvar). Resultados das Campanhas de 1990-1992, Actas das V Jornadas Arqueológicas da AAP (Lisboa, 1993)*, no prelo.

<sup>14</sup> V. Bibliografia citada na nota 3.

No que concerne à zona a norte do Tejo, é bastante provável que estejamos também perante duas vias distintas de difusão: uma levou a campaniense para o interior, com os exércitos romanos, nela se incluem, obviamente, os materiais da Lomba do

Canho; outra, eventualmente independente, difundiu-a ao longo do litoral atlântico até à Corunha.

Dezembro de 1984

Quadro I – Campaniense A

Proveniência	Forma 5/7	Form. 27/27c	Forma 28	Forma 30	Forma 31	Forma 36	Forma 68b	Indetermin.
Veiros (Estremoz)	-?	-	-	-	-	-	-	1
Vaiamonte	4	1	-	-	-	-	-	-
Região Setúbal (Chibanes)	1	-	-	-	-	1	-	-
Alcácer do Sal (Castelo)	4	-	-	-	-	4	-	3
Alcácer do Sal (Necrópole)	-	1	2	-	-	1	-	1
Mirobriga (Sant. Cacém)	1	3	-	-	1b)	1	1	1
P. da Atalaia (Sant. Cacém)	-	1	-	-	-	-	-	-
Serpa	-	-	-	1a)	-	-	-	-
Algarve (lugar indetermin.)	-	-	-	-	-	-	-	1
Conimbriga (Condeixa)	-	-	-	-	-	-	-	1

a) Como se explica no texto, é de colocar algumas reservas a esta atribuição.

b) Cf. MOREL 1981: 191.

A este quadro pode acrescentar-se uma “imitação” em cerâmica comum de uma forma Lamb. 27c, de proveniência desconhecida (DELGADO 1971: 418; Est. I, nº 34). Constata-se, assim, que as formas maioritariamente representadas são as Lamb. 5/7 (28,5%), 36 (20%) e 27/27c (17,1%). É de notar também que o conjunto das formas registado para a camp. A no Castelo de Alcácer do Sal e na Necrópole do Olival do Senhor dos Mártires é bastante diferente, ao contrário do que sucede com a camp. B.

Quadro II – Cerâmica Campaniense B

Proveniência	Forma 1	Form. 2	Forma 3	Forma 4	Forma 5/7	Forma 10	Indetermin.
Conimbriga	11	-	-	-	11	-	-
Lomba do Canho (Arganil)	4	-	1	-	12	-	4
Santarém a)	-	1	-	-	2	-	-
Vaiamonte	8	1	5	1	9	-	3
Veiros	-	-	1b)	-	2c)	-	1
Pedrão (Setúbal)	3	1	1	1	6	-	1
Setúbal (Chibanes?)	-	-	1	-	-	-	-
Alcácer do Sal (Necrópole)	4	1d)	1	-	4	-	-
Alcácer do Sal (Castelo)	8	1	1	1	6	-	1
Mirobriga	3	-	1	-	3	1	-
P. da Atalaia	-	-	-	-	1	-	-
Algarve	-	-	-	-	2	-	-

a) Referem-se 16 fragmentos de Camp. B neste local, porém apenas se desenham 3 peças, não sendo referido se todos os fragmentos correspondem ou não a exemplares diferentes (DIOGO 1984: 114-116, Est. I, nº 1, 2 e 3).

b) Trata-se de uma F 7544, datável dos séc. II-I a.C., sendo difícil uma identificação mais precisa (MOREL, 1981: 413-14).

c) O autor das escavações integra um destes fragmentos na forma Lamb. 8 (ARNAUD 1970: 315; Fig. II, 2); mas, embora o fragmento não permita uma identificação absolutamente segura, parece-nos preferível considerá-la uma Lamb. 5/7, ao menos por aquilo que o desenho mostra.

d) Cfr. as objecções de MOREL (1981: 95).

Para esta produção, o leque de formas é ainda reduzido: esmagadora presença das formas Lamb. 5/7 (44,9%), 1 (31,7%). As Lamb. 2 e 3 estão também presentes, mas em número muito menor (9,3% e 3,8% respectivamente).

**Quadro III – Cerâmica Campaniense C**

Proveniência	Lamb. 1	Lamb. 2	Lamb. 6	Lamb. 5/7	Indetermin.
Braga	–	–	–	–	*
<i>Conimbriga</i>	1	1	–	–	–
Alcácer (Castelo)	–	–	1	1	–
Santarém	–	–	–	–	1
A. Cidreira (Cascais)	–	–	–	–	1**
Castro Marim	–	–	–	–	*

\* Locais onde sabemos existir a camp. C, desconhecendo-se, no entanto, quais as quantidades e formas representadas.

\*\* V. nota 4, na pág. 109.

É de referir a escassez desta produção no território português, não só em termos de distribuição, como em quantidade relativa.

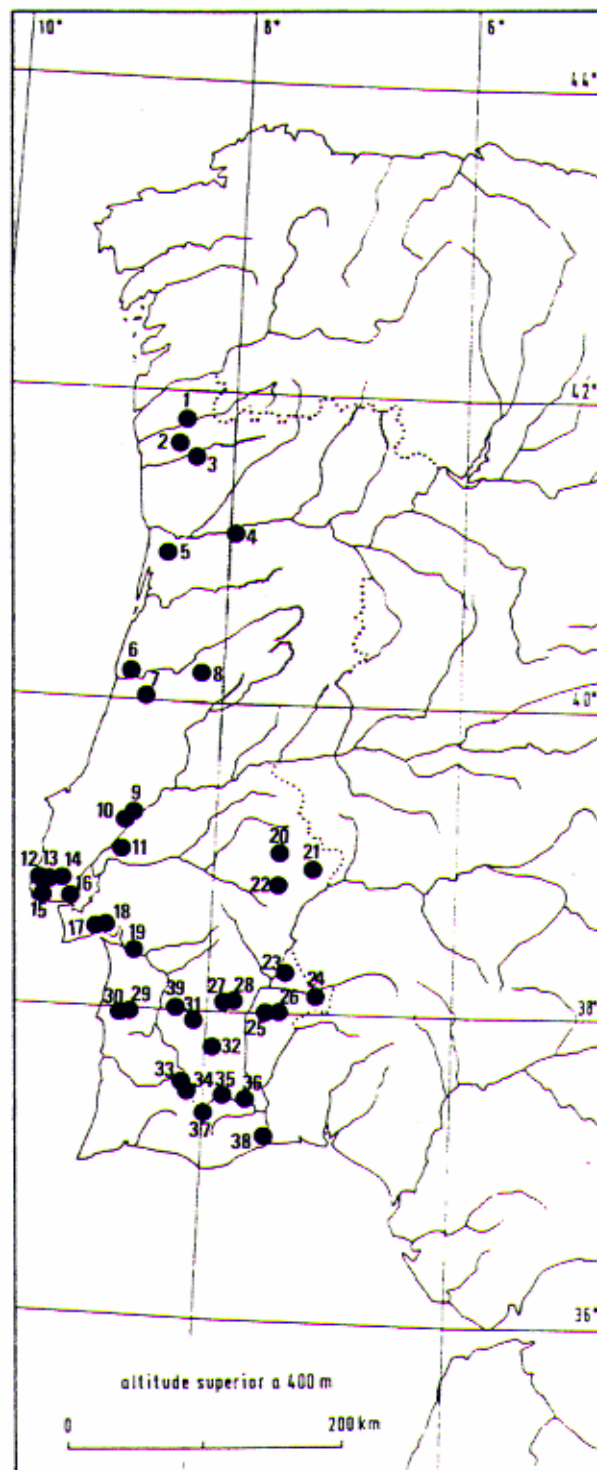
**Quadro IV – Produções “Locais e Regionais”**

Proveniência	Lamb. 1	Lamb. 2	Lamb. 4	Lamb. 5	Indetermin.
<i>Conimbriga</i>	–	6	–	–	8
Vaiamonte	3	4	–	1	–
Alcácer (Necrópole)	1	1	–	4	–
Castelo da Lousa (Mourão)	–	1	–	5	1
<i>Moribriga</i>	1	–	1	–	–

Excluimos do quadro a já referida “imitação” da forma Lamb. 27c, bem como a “imitação” da forma Lamb. 59, de proveniência desconhecida – sabe-se apenas que é do Alentejo (DELGADO 1971: 417-18, Est. II, nº 32) – e que se reporta a uma realidade distinta da que abordamos.

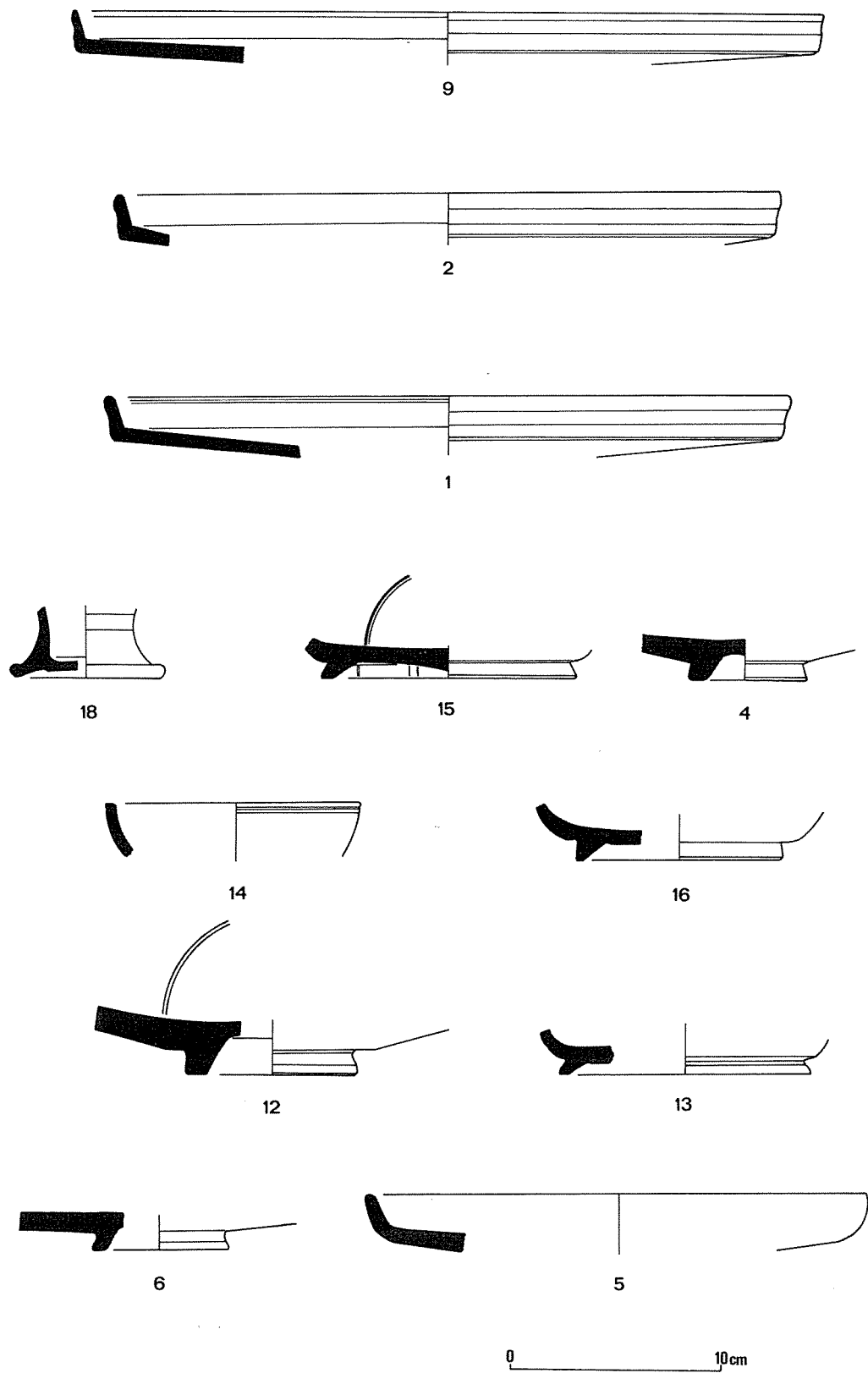


Figura 2 – Mapa dos sítios arqueológicos citados no texto



1 – Castro da Facha; 2 – Braga; 3 – Castelo de Faria; 4 – Fonte do Milho; 5 – Romariz; 6 – Santa Olaia; 7 – *Conimbriga*; 8 – Lomba do Canho; 9 – Chões de Alompé; 10 – Santarém; 11 – Porto do Sabugueiro; 12 – Pedra Furada; 13 – S. Marcos; 14 – Moinho do Castelo; 15 – Freiria; 16 – Casa dos Bicos; 17 – Chibanes; 18 – Pedrão; 19 – Alcácer do Sal; 20 – Vaiamonte; 21 – Segóvia; 22 – Veiros; 23 – Castelo da Lousa; 24 – Noudar; 25 – Azougada; 26 – Ratinhos; 27 – Represas; 28 – Beja; 29 – Pedra da Atalaia; 30 – *Mirobriga*; 31 – Mangancha; 32 – Juntas; 33 – Fernão Vaz; 34 – Nossa Senhora da Cola; 35 – Fonte Santa; 36 – Manuel Galo; 37 – Mesas do Castelhinho; 38 – Castro Marim; 39 – Monte da Chaminé

Figura 3



## Bibliografia

- ALARCÃO, A. M. 1966 – *Bref aperçu sur la céramique romaine trouvée a Bracara Augusta (Portugal)*, in: “Rei Cretariae Romanae Favtorvm”, Acta VIII, pp. 45-50.
- 1976 – *Céramiques préromaines*, in: *Fouilles de Conimbriga*, VI, Paris, Diffusion de Boccard, pp. 3-17.
- ALARCÃO, A. M. / ALARCÃO, J. 1965 – *Castelo da Lousa (Mourão) – alguns materiais da campanha de 1963*, in: “Boletim da Junta Distrital de Évora”, 6, pp. 200-203.
- ALARCÃO, J. 1973 – *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo.
- 1983 – *Portugal Romano*, 3ª edição, revista, Lisboa, Verbo.
- ALARCÃO, J. / ETIENNE, R. 1973 – *Note sur un habitat de l'Age du Fer a Conimbriga*, in: *Cinquante-naire de la création en Bretagne de l'enseignement du portugais (Rennes, 1971)*, vol. I, Paris, pp. 29-44.
- 1976 – *Le Portugal a l'époque augustéene*, in: *Symposion de Ciudades Augusteas*, Zaragoza, pp. 171-188.
- ALMEIDA, C. A. F. 1983 – *O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação*, in: PEREIRA MENAUT, G. (dir.) *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antigua de Galicia*, Compostela, pp. 187-198.
- ALMEIDA, C. A. F. et al 1981 – *Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha*, in: “Arquivo de Ponte de Lima”, 3, pp. 3-91.
- ALMEIDA, F. 1964 – *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*, Junta Distrital de Setúbal.
- AMARO, C. 1982a – *Villa romana do Monte da Chaminé – seu enquadramento arqueológico*, in: “Al-Madan”, 0, pp. 33-34.
- 1982b – *Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica*, in: “Arqueologia”, 6, pp. 96-111.
- 1983 – *XX Séculos de Arqueologia e História*, in: *XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura, Os descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento “O Homem e a Hora São um Só” – A Dinastia de Aviz (Catálogo Casa dos Bicos)*, Lisboa, pp. 251-2 e 253-264.
- ARNAUD, J. M. 1968 – “Castelo Velho” de Veiros (Estremoz). *Notícia da sua identificação*, in: “Revista de Guimarães”, 78 (1-2), pp. 61-76.
- 1970 – *O “Castelo Velho” de Veiros (Estremoz): campanha preliminar de escavações de 1969*, in: *Actas das I Jornadas Arqueológicas da AAP*, vol.II, pp. 311-328.
- ARTHUR, M. L. C. 1983 – *Meróbriga, Santiago do Cacém (Portugal)*, in: “Caesaraugusta”, 57-8, pp. 51-109.
- BEIRÃO, C. M. 1972 – *Cinco aspectos da Idade do Bronze e da sua transformação para a Idade do Ferro no sul do país*, in: *Actas das II Jornadas Arqueológicas da A.A.P.*, vol. I, pp. 193-221.
- BELTRAN LLORIS, M. 1976 – *La ceramica del campamento de Caceres el Viejo (Caceres)*, in: *V Congreso de Estudios Extremenos (Ponencias VII-VIII)*, Badajoz, pp. 3-22.
- 1979 – *La ceramica campaniense de Azaila. Problemas de cronologia del valle medio del Ebro*, in: “Caesaraugusta”, 47-8, pp. 141-232.
- BRAGA, J. M. R. / SOARES, A. M. M. 1981 – *Indícios de uma ocupação da Segunda Idade do Ferro no castelo de Serpa*, in: “Arqueologia”, 4, pp. 116-123.
- CAAMANO GESTO, J. M. 1983 – *Ceramicas finas de importacion en la epoca romana en Galicia*, in: PEREIRA MENAUT, G. (dir.) *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antigua de Galicia*, Compostela, pp. 225-246.
- CARANDINI, A. / SETTIS, S. 1979 – *Schiavi e Padroni nell'Etruria Romana*, Bari, De Donato.
- CARDOSO, G. / ENCARNAÇÃO, J. 1983 – *Cascais – Alto da Cidreira*, in: “Informação Arqueológica”, 3, pp. 39-40.
- CENTENO, R. 1983 – *A Dominação Romana*, in: SARAIVA, J.H. (dir.) *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Alfa, pp. 149-211.
- CENTENO, R. / SILVA, A. C. F. 1982 – *1ª Campanha de Escavações arqueológicas no Castro de Romariz (Vila da Feira, Aveiro) – 1980*, in: “Humanidades”, 1, pp. 63-69.
- CORREIA, V. 1916 – *Conimbriga: a camada pré-romana da cidade (notas de uma exploração de 10 dias em Condeixa-a-Velha)*, in: “O Archeólogo Português”, 21, pp. 252-264.
- CORTEZ, F. R. 1951 – *As escavações arqueológicas do “castellum” da Fonte do Milho. Contributo para a demogenia duriense*, in: “Anais do Instituto do Vinho do Porto”, 12(1), pp. 19-88.
- COSTA, A. J. M. 1910 – *Estações prehistoricas dos arredores de Setubal: apêndice – homem proto-historico, Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes*, in: “O Archeólogo Português”, 15, pp. 55-83.
- CRAVO, João 1982 – *Amadora – Moinho do Castelhinho*, in: “Informação Arqueológica”, 2, pp. 24-25.
- DEDET, B. / PY, M. 1979 – *A propos du facies de la campanienne A du 1er siecle avant J.C. dans la basse vallée du Rhône*, in: “Archéologie en Languedoc”, 2, pp. 115-126.
- DELGADO, M. 1971 – *Cerâmica campaniense em Portugal*, in: *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol II, Coimbra, pp. 403-420.
- 1975 – *Céramiques campaniennes et de type campanien*, in: *Colloque a propos des céramiques de Conimbriga*, “Conimbriga”, 14, pp. 88-92.
- 1976 – *Céramiques campaniennes et de type campanien*, in: *Fouilles de Conimbriga*, VI, Paris, Diffusion de Boccard, pp. 21-26.

- DIOGO, A. M. D. 1984 – *O material romano da primeira campanha de escavações na Alcôçova de Santarém*, in: “Conimbriga”, 23, pp. 111-141.
- DOMERGUE, C. / ANDRADE, R. F. 1971 – *Sondages 1967 et 1969 a Aljustrel (Portugal). Note préliminaire*, in: “Conimbriga”, 10, pp. 99-117.
- ENCARNAÇÃO, J. et al 1987 – *A villa romana do Alto do Cidreira em Cascais*, in: “Arquivo de Cascais”, 4, pp. 9-28.
- FARIA, A. M. 1981 – *Espólio monetário do acampamento romano de Arganil*, “Trabalhos do Museu Regional de Arqueologia de Arganil”, 2, Arganil.
- FERREIRA, F. B. 1959 – *O problema da localização de Cetóbriga: seu estado actual*, in: “Conimbriga”, 1, pp. 41-70.
- FERREIRA, O. V. 1971 – *Cerâmica negra de tipo grego encontrada em Portugal*, in: “Arqueologia e História”, 9ª série, 3, pp. 313-326.
- F. H. A. IV (1937) – SCHULTEN, A. (ed.) *Fontes Hispaniae Antiquae – Las Guerras de 154-72 a. C.*, Universidade de Barcelona.
- GAMITO, T. J. 1981 – *A propósito do Castro de Segóvia (Elvas) – resistência a Roma no sudoeste peninsular*, in: “História”, 29, pp. 32-43.
- 1982 – *A Idade do Ferro no sul de Portugal: problemas e perspectivas*, in: “Arqueologia”, 6, pp. 65-78.
- GIRÃO, A. / OLEIRO, J. M. B. 1953 – *Geografia e campos fortificados romanos*, in: “Boletim do Centro de Estudos Geográficos”, 6-7, pp. 73-80.
- GUERRA, A. / FABIÃO, C. 1987 – *escavações no acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil): resultados preliminares*, *Actas do 1er Congreso Peninsular de Historia Antigua*, vol. I, Santiago de Compostela, 1987, pp. 307-328.
- LAMBOGLIA, N. 1950 – *Gli scavi di Albintimilium e la cronologia della ceramica romana – Prima campagna di scavi 1938-40*, Bordighera.
- 1952 – *Per una classificazione preliminare della ceramica campana*, in: *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Liguri (1950)*, Bordighera, pp. 139-206.
- 1954 – *La ceramica precampana della Bastida*, in: “Archivo Español de Arqueologia”, 5, pp. 131-236.
- 1961 – *Problemi tecnici e cronologici dello scavo sottomarino al Grand-Congloué*, in: *Rivista di Studi Liguri*, ano 27, pp. 138-154.
- MAIA, M. 1974a – *1ª Campanha de escavações realizada no Cerro do Castelo do Manuel Galo (Mértola). Uma possível fortaleza romana*, in: *Actas das II Jornadas Arqueológicas da A.A.P.*, vol. II, pp. 139-147.
- 1974b – *Fortaleza romana do Monte do Manuel Galo (Mértola)*, in: *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Porto, pp. 325-332.
- 1978 – *Fortalezas romanas do sul de Portugal*, in: “Zephyrus”, 28-9, pp. 279-285.
- 1980 – *escavações na estação romana de S. Marcos, Cacém (Sintra)*, in: “Clio”, 2, pp. 158-9.
- MAIA, M. G. P. 1974 – *Notas sobre a “terra sigillata” do Manuel Galo (Mértola): enquadramento cronológico*, in: *Actas das II Jornadas Arqueológicas da A.A.P.*, vol II, Lisboa, pp. 157-174.
- MOREL, J.-P. 1963 – *Notes sur la céramique Etrusco-Campanienne. Vases à vernis noir de Sardaigne et Arezzo*, in: “Mélanges d'Archéologie et d'Histoire de l'École Française de Rome”, 75, pp. 7-58.
- 1965 – *Céramiques à vernis noir du Forum Romain et du Palatin*, Paris.
- 1969 – *Études de céramique campanienne I: l'atelier des petites estampilles*, in: “Mélanges d'Archéologie et d'Histoire de l'École Française de Rome”, 81, pp. 59-117.
- 1975 – *intervenções no Colloque a propos des céramiques de Conimbriga*, “Conimbriga”, 14, pp. 89-92.
- 1978 – *A propos des céramiques campaniennes de France et d'Espagne*, in: “Archéologie en Languedoc”, 1, pp. 149-168.
- 1981 – *Céramique Campanienne: les Formes*, 2 vols., Roma, B.E.F.A.R.
- NUNES, J. C. 1958a – *Broches fibulas de castros portugueses*, in: “Zephyrus”, 9(2), pp. 231-233.
- 1958b – *Novos elementos para o estudo da arte castreja em Portugal*, in: “Revista de Guimarães”, 68, pp. 5-17.
- 1959 – *Fibulas de tipo Nauheim no Castro da Lomba do Canho*, in: “Revista de Guimarães”, 69, pp. 5-23.
- PICON, M. et al 1971 – *Note sur la composition des céramiques campaniennes de Type A et B*, in: “Rei Cretariae Romanae Favtorvm”, Acta XIII, pp. 82-88.
- RIBEIRO, F. N. et al 1956 – *Breve nota sobre a estação romana da Lobeira Grande (Beja)*, in: *Actas del XXIII Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, T-VIII, Coimbra, pp. 453-459.
- ROCHA, A. S. (1905-8) 1971 – *Memórias e explorações Arqueológicas- Vol. II. estações Pré-Romanas da Idade do Ferro nas Vizinhaças da Figueira (reimp.)* Coimbra, Imprensa da Universidade.
- ROUILLARD, P. 1975a – *Une cratère inédit du Peintre du Thyrsé Noir a Alcácer do Sal*, in: “Conimbriga”, 14, pp. 177-183.
- 1975b – *Les coups atiques à figures rouges du IV s. en Andalousie*, in: “Mélanges de la Casa de Vélazquez”, 9, pp. 21-49.
- SANMARTÍ GRECO, E. 1978 – *La Cerámica Campaniense de Emporion y Rhode*, 2 vols., Barcelona.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. / LUZ, A. M. D. 1983 – *O megalitismo da bacia do Alva: primeira contri-*

- buição para um modelo socio-económico, in: "O Arqueólogo Português", série IV, 1, pp. 103-117.
- SOARES, J. 1978 – *Nótula sobre a cerâmica campaniense do Castelo de Alcácer do Sal*, in: "Setúbal Arqueológica", 4, pp. 133-143.
- SOARES, J. / SILVA, C. T. 1973 – *Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal)*, in: *Actas das II Jornadas Arqueológicas da A. A. P.*, vol. I, Lisboa, pp. 245-305.
- SILVA, C. T. 1978 – *Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém)*, in: "Setúbal Arqueológica", 4, pp. 117-132.
- SILVA, C. T. et al 1980-1 – *Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979)*, in: "Setúbal Arqueológica", 6-7, pp. 149-218.
- TCHERNIA, A. et al 1978 – *L'Épave Romaine de la Madrague des Giens (Var)*, supp. 34 de "Gallia".
- TORRES, C. 1984 – *Barrancos – um projecto de recuperação arqueológica integrada*, conferência proferida no M.N.A.E., Lisboa em 22/IX.
- TRIAS ARRIBAS, G. 1967 – *Ceramicas Griegas de la Peninsula Iberica*, 2 vols., Valencia.
- VIANA, A. (1958) 1970 – *Lápide bejense consagrada a Juno*, in: *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*, vol. II, Lisboa, pp. 107-112.
- 1959 – *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo*, in: "Arquivo de Beja", 15, pp. 3-56.
- 1960 – *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo*, in: "Arquivo de Beja", 16, pp. 3-48.
- VIANA, A. et al 1956 – *Apontamentos arqueológicos dos concelhos de Aljustrel e Almodôvar*, in: *Actas do XXIII Congresso Luso-Espanhol da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, T. VIII, Coimbra, pp. 461-470.
- ZBYSZEWSKI, G. et al 1968 – *Acerca do campo fortificado de Chões de Alpompé (Santarém)*, in: "O Arqueólogo Português", 3ª série, 2, pp. 49-57.
- ## Publicações relativas a Lomba do Canho posteriores a 1984
- FABIÃO, C. 1989 – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa, UNIARQ/INIC.
- FABIÃO, C. / GUERRA, A. 1987 – *Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil*, in: *Da Pré-História a História. Estudos em Homenagem a O. Veiga Ferreira*, Lisboa, Delta, pp. 287-308.
- FARIA, A. M. 1984-85 – *As Moedas do Acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, in: "Nvmmvs", série II, 7-8, pp. 37-42.
- GUERRA, A. 1987 – *Acerca dos projectos para fundação da Lomba do Canho (Arganil)*, in: "O Arqueólogo Português", IV série, 5, pp. 161-177.
- GUERRA, A. / FABIÃO, C. 1988 – *Escavações no acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil): Resultados preliminares*, in: *Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua*, I, Santiago de Compostela, pp. 307-328.
- NUNES, J.C. 1985 – *Acampamento romano da Lomba do Canho, 1982-83*, in: "Informação Arqueológica", 5, p. 71.
- NUNES, J. C. 1986 – *Sob o Signo do "Ramo de ouro" virgiliano*, in: *Virgílio e a Cultura Portuguesa (Actas do Colóquio do Bimilenário da Morte de Virgílio, Lisboa 1981)*, pp. 281-298.
- NUNES, J. C. / FABIÃO, C. / GUERRA, A. 1988 – *O Acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Arganil, Museu Regional de Arqueologia.
- NUNES, J. C. / FABIÃO, C. / GUERRA, A. 1989 – *Acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil: O Ponto da Situação*, in: *Actas do I Colóquio Regional de Arqueologia de Viseu (Viseu, 1988)*, Viseu, pp. 403-424.
- NUNES, J. C. / GUERRA, A. / FABIÃO, C. 1990 – *As lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)*, "Conimbriga", XXIX, p. 69-90.